

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

José Erivaldo Gonçalves

**Reparação de populações camponesas vulnerabilizadas pelas obras de
transposição do Rio São Francisco**

Recife
2022

José Erivaldo Gonçalves

**Reparação de populações camponesas vulnerabilizadas pelas obras de
transposição do Rio São Francisco**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. André Monteiro Costa

Coorientadora: Profa. Dra. Glaciene Mary da Silva Gonçalves

Recife

2022

Catálogo na fonte:
Biblioteca Luciana Borges Abrantes dos Santos
Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz

G635ri Gonçalves, José Erivaldo.
Reparação de populações camponesas vulnerabilizadas pelas obras de transposição do Rio São Francisco/José Erivaldo Gonçalves.— Recife: [s. n.], 2022.

93 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientador: André Monteiro Costa; coorientadora: Glaciene Mary da Silva Gonçalves.

1. Saúde ambiental. 2. Compensação e reparação. 3. Vulnerabilidade em saúde. 4. População rural. I. Costa, André Monteiro. II. Gonçalves, Glaciene Mary da Silva. III. Título.

CDU 504

José Erivaldo Gonçalves

**Reparação de populações camponesas vulnerabilizadas pelas obras de
transposição do Rio São Francisco**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de mestre em Ciências.

Aprovado em: 4 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

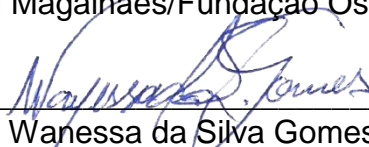


Dr. André Monteiro Costa

Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz

Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto

Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz



Dra. Wanessa da Silva Gomes

Universidade de Pernambuco

Dedico este estudo às comunidades camponesas de Sertânia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Nossa Senhora e a todos os espíritos de luz.

A minha mãe, agradeço as incansáveis orações; meu pai, os bons exemplos da vida.

A minha família consanguínea e de escolha, irmãos, tios, tias e primas; aos amigos e amigas que estiveram comigo nesta caminhada, a amizade e o apoio.

Ao professor e meu orientador, Dr. André Monteiro Costa, o compartilhamento e os ensinamentos ao longo deste processo. À professora Dra. Glaciene Mary da Silva Gonçalves, minha coorientadora, os ensinamentos acadêmicos e da vida, a simplicidade e a amizade.

À professora, Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto, que aceitou compor a banca, o carinho e as orientações. À professora Dra. Wanessa da Silva Gomes, a aceitação em compor a banca, o carinho, a simplicidade e amizade. Às professoras Dra. Aline do Monte Gurgel e Dra. Mariana Olívia Santos de Santana, a aceitação para compor a banca, as orientações e o compartilhamento de conhecimentos ao longo de todo o processo. À professora Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel, o carinho, a amizade e as orientações. O acolhimento a todos os professores e as professoras, doutores e doutoras que formam o Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (LASAT).

Em especial às comunidades camponesas de Sertânia, Cipó, Hortifrutigranjeiro e Vila Produtiva Rural Salão, onde pude estabelecer vínculos especiais com pessoas da comunidade. Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia, o apoio logístico e a receptividade. Ao Programa TransVERgente, o apoio e o acolhimento em suas atividades.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a produção deste estudo.

“Não diga que a canção está perdida. Tenha fé em Deus, tenha fé na vida [...] Se é de batalhas que se vive a vida.” (SEIXAS, 1975).

RESUMO

GONÇALVES, José Erivaldo. Reparação de populações camponesas vulnerabilizadas pelas obras de transposição do rio São Francisco. 2022. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

Seguindo o projeto governamental desenvolvimentista, em 2007, inicia-se a implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), o qual tem como objetivo transpor as águas do rio São Francisco por meio de dois Eixos, Norte e Leste. As obras têm engendrado diversos processos de vulnerabilização, principalmente em comunidades e povos tradicionais, como camponeses, indígenas e quilombolas. Analisar os processos de vulnerabilização e ações de reparação desenvolvidas nas comunidades camponesas atingidas diretamente pela transposição do rio São Francisco. Estudo de caso analítico descritivo, qualitativo com aplicação de entrevistas semiestruturadas e oficina. O enfoque teórico-metodológico foi a Matriz da Reprodução Social do epistemólogo Juan Samaja, pelo cruzamento das linhas do modo de vida tradicional com a dimensão da autoconsciência e a conduta. O estudo foi desenvolvido com camponeses no município de Sertânia, PE. Resultados: A vulnerabilização se apresentou como um processo que não acabou com o fim das obras da transposição, dando-se de forma material e simbólica com agravos à saúde. Algumas das principais vulnerabilizações identificadas são: destruição dos reservatórios de água, como poços artesianos e cacimbas; terras férteis; a desterritorialização e a mudança do modo de vida tradicional. A reparação realizada até a presente data foi insuficiente, com indenizações irrisórias e não considerada a reparação integral. O processo de vulnerabilização por meio de uma leitura sistêmica ancorada na autoconsciência e a conduta identificou uma ruptura do modo de vida tradicional das comunidades camponesas em Sertânia. Que a saúde coletiva se aproxime e se aprofunde na temática da reparação integral para orientar o pleno acesso à saúde, fundamental para garantir a reprodução social das populações que vivem em contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: comunidade camponesa; desterritorialização; reparação integral – saúde e ambiente – vulnerabilização.

ABSTRACT

GONÇALVES, José Erivaldo. Reparation of peasant populations made vulnerable by the works to transpose the São Francisco River. 2022. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

Following the developmental governmental project, in 2007 the implementation of the São Francisco River Integration Project with Northeastern Watersheds (PISF) began, which aims to transpose the waters of the São Francisco River through two Axes, North and East. His works have engendered various processes of vulnerability, mainly in communities and traditional peoples, such as peasants, indigenous people and quilombolas. Objective: To analyze the vulnerability processes and remedial actions developed in peasant communities directly affected by the transposition of the São Francisco River. Methodology: Descriptive, qualitative analytical case study with application of semi-structured interviews and workshop. The theoretical-methodological approach was the Social Reproduction Matrix of the epistemologist Juan Samaja, from the crossing of the lines of the traditional way of life with the dimension of self-awareness and conduct. The study was developed with peasants in the city of Sertânia-PE. Results: Vulnerabilization was presented as a process that did not end with the end of the transposition works, taking place in a material and symbolic way with health problems. Some of the main vulnerabilities identified are: destruction of water reservoirs, such as artesian wells and cacimbas; fertile lands; deterritorialization and the change in the traditional way of life. The repair carried out to date was insufficient, with negligible indemnities and not considering the full repair. Final Considerations: The process of vulnerability from a systemic reading anchored in self-awareness and conduct identified a rupture in the traditional way of life of peasant communities in Sertânia. That collective health approaches and deepens the theme of integral reparation to guide full access to health, fundamental to guarantee the social reproduction of populations living in contexts of vulnerability.

Keywords: peasant community – deterritorialization – full repair – health and environment – vulnerability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das comunidades do município de Sertânia, 2021	36
Quadro 2 – Representação sistêmica das dimensões da reprodução social.	41
Quadro 3 – Matriz de coleta e análise de dados da reprodução social e saúde, 2021	43
Quadro 4 – Matriz de coleta e análise de dados das dimensões da reparação, 2021	44
Quadro 5 – Representação dos processos imbricados de vulnerabilização de camponeses, conforme dimensões da reprodução social (ecológica, política, tecno-econômica, autoconsciência e conduta, e biocomunal	55

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Canal do eixo leste da transposição do rio São Francisco, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021	46
Fotografia 2 – Encontro realizado pelo Programa TransVERgente na comunidade de Hortifrutigranjeiro, Sertânia, Pernambuco, Brasil	58
Fotografia 3 – Encontro realizado pelo Programa TransVERgente na comunidade de Cipó, Sertânia, Pernambuco, Brasil	58
Fotografia 4 – Encontro realizado pelo Programa TransVERgente na comunidade de Vila Produtiva Rural, Sertânia, Pernambuco, Brasil	59
Fotografia 5 – Mapa dos sonhos produzido na oficina sobre reparação, realizada na comunidade Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021	61
Fotografia 6 – Oficina sobre reparação realizada na comunidade Vila Produtiva Rural de Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021	61
Fotografia 7 – Portão de entrada da VPR, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021	62
Fotografia 8 – Área comum de convivência localizada em VPR, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021	63
Fotografia 9 – Espaço de uso coletivo onde se realizaram oficinas e ações comunitárias na VPR, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021 ...	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética Bahia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Plano Básico Ambiental
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UPE	Universidade de Pernambuco
VPR	Vila Produtiva Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVO	18
2.1	OBJETIVO GERAL	18
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1	SEMIÁRIDO E TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	19
3.2	COMUNIDADE CAMPONESA: MODOS DE VIDA TRADICIONAIS	22
3.3	PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO E A JUSTIÇA AMBIENTAL	24
3.4	REPRODUÇÃO SOCIAL E A SAÚDE	29
3.5	REPARAÇÃO COMUNITÁRIA	31
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
4.1	DESENHO DO ESTUDO	35
4.2	ÁREA DO ESTUDO	36
4.3	SUJEITOS DO ESTUDO	37
4.4	PERÍODO DO ESTUDO	37
4.5	FONTE DE DADOS E INSTRUMENTOS DE COLETA	37
4.5.1	Dados primários	37
4.5.2	Entrevistas	38
4.5.3	Oficina	39
4.5.4	Análise documental	40
4.6	PLANO DE ANÁLISE	41
4.6.1	Análise descritiva	42
4.6.2	Análise temática	42
4.6.3	Categorias de análise	42
4.7	ASPECTOS ÉTICOS	44
4.7.1	Contexto de pandemia de covid-19	45
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
5.1	VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA EM RELAÇÃO À TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	46

5.2	ANÁLISE DAS AÇÕES DE REPARAÇÃO REALIZADAS E A PERSPECTIVA DE UMA REPARAÇÃO INTEGRAL	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL	79
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – OFICINAS	80
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA	83
	APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA DE USO DE IMAGEM	86
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	87
	ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA	93

1 INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro compreende uma vasta extensão territorial de 1,03 milhão km². Esse território abrange os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além do estado do Maranhão e parte da região setentrional de Minas Gerais (IBGE, 2018). No Semiárido nordestino, construiu-se o flagelo da fome e da sede, mas não se deve atribuir à condição climática a responsabilidade exclusiva pelas intempéries e a miséria instalada. Seus espaços são ocupados por um sistema hegemônico, impregnados de uma soberania latifundiária e de exploração do trabalho humano e da natureza

O bioma da Caatinga está inserido no Semiárido e faz resplandecer a vida no interior do Brasil. Ocupando um território de cerca 844.453 km², a caatinga se adapta bem ao calor e às peculiaridades do solo, produzindo sustentação ao povo nordestino. A diversidade de seu ambiente é observada nas diversas espécies encontradas como: mandacaru, coroa-de-frade, facheiro, xiquexique, macambira, caroá, marmeleiro, umbuzeiro, jurema, imburana-de-cheiro e de cambão, angico, juazeiro, aroeira, catingueira e pau-ferro (SCHISTEK, 2017).

Fatores climáticos como baixa umidade, excesso de calor, evapotranspiração, os longos períodos de seca, entre outros, fazem parte da hermenêutica usada para ler o sertão nordestino. A sensibilidade ausente em campos da ciência dura faz uma análise genérica e superficial do território, baseado em níveis pluviométricos de maneira anual, excluindo-se as subjetividades do local observado, o que contribui muitas vezes para a sustentação de uma ciência que desconhece essa complexidade. O reducionismo predominante minimiza ou oculta a força interior da vivacidade do território, e os interesses políticos e sociais que mantêm esse território secularmente na pobreza (SANTOS, 2007).

No Brasil, os limites climáticos do Semiárido são bem menores do que os encontrados no restante do mundo, pois os índices pluviométricos anuais são muito superiores aos encontrados noutros territórios Semiáridos. No entanto são postos sempre como responsáveis pelas dificuldades econômicas e sociais. (OLIVEIRA, 2015, p. 75).

A estiagem, a seca e a irregularidade de chuvas são fenômenos climatológicos e demandam intervenção do Estado na perspectiva de garantir os direitos ao pleno desenvolvimento humano. Inicialmente, difundiu-se a ideia de apenas “combater” a seca, tese que se provou falida em todas as políticas adotadas. Percebeu-se, na prática, sua insuficiência e não resolutividade.

O Semiárido tem singularidades que precisam ser observadas e levadas em consideração; por exemplo, o conhecimento ancestral que muito entende sobre a dinâmica do ambiente. O fenômeno natural e climático tem ciclos que precisam ser respeitados para construir modos de vida que possibilitem uma convivência entre as lógicas da natureza e da sociedade. Reestruturar aos moldes egóicos do antropoceno, no qual estão imersos os interesses políticos do capital, é a raiz da nocividade que afeta esses territórios (MARTINEZ, 2002).

O século 19, agravado pela seca que dizimou milhares de sertanejos, deu ensejo a ações governamentais assistencialistas, a exemplo da distribuição de comida a interesses de cabo eleitoral pelas mãos do coronelismo historicamente vivido na região. Assim como os projetos de construção de açudes em terras de grandes fazendeiros, sob o discurso de universalização do acesso a reservas de água, que tornava os sujeitos vítimas de um processo infundo de objeção ao trabalho em função do proprietário da terra e sua inter-relação de subsistência do acesso à água (MARTINEZ, 2002).

Os projetos de açudagem no Semiárido do Nordeste proporcionaram um importante acúmulo desigual de água. Grandes açudes foram feitos, mas com a gestão não equitativa. Um desequilíbrio do acesso alicerçado em um jogo de poderes e interesses de latifundiários que possuíam vastas faixas territoriais e fartos campos de produção agrícola e pecuária.

A implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em 2007, objetivou a inclusão social dessa população por meio da oferta do acesso à água, que não se logrou. A ideia central do projeto foi transportar as águas do rio São Francisco por meio de dois eixos, o Norte e o Leste (BRASIL, 2004).

Uma ilustração: em Pernambuco, o território do povo tradicional indígena Pipipã foi afetado diretamente pelas obras da transposição do São Francisco na construção

do Eixo Leste. Situações amplas de conflitos socioambientais, políticos e sociais se intensificaram, vulnerabilizando sua população em diversos direitos humanos. A destruição de terras férteis para plantação de subsistência e a perda de pontos de acesso à água, como cacimbas, minadores e vegetação nativa são evidentes. Os processos de vulnerabilização material e simbólica, como o da perda das águas e os agravos à saúde são consequências imediatas (GONÇALVES *et al.*, 2018).

A perda de terras cultiváveis, de água para subsistência e de processos salutares para reprodução social foi denunciada e observada entre a população camponesa do município de Sertânia. Os efeitos negativos da implantação das obras da transposição já se mostraram e dificultaram aos habitantes lavrarem suas terras; levando-os a procurar subempregos degradantes e não próprios a seu modo de vida e muitas vezes com significativa perda de renda (BEZERRA, 2016; DOMINGUES, 2016).

A vulnerabilização dos territórios tem origem nas históricas relações sociais e nos processos que vão além da dimensão biológica particular dos seres vivos, mas estão marcadas pela injustiça ambiental e social (BREILH, 2014; PORTO, 2014).

Assim posto, percebemos que há uma demanda de reparação a ser realizada para essas populações. Aqui defendemos uma reparação integral, que se caracteriza como um conjunto de medidas no sentido de melhorar as condições de vida das vítimas e promover mudanças políticas para que isso não volte a acontecer.

Essa reparação integral pode ser constituída em cinco dimensões: 1) restituição propriamente dita; ou seja, restabelecer a situação em que se encontrava a vítima das violações, como o retorno ao lugar de residência ou a devolução dos bens perdidos; 2) indenização monetária das vítimas por danos e prejuízos material, físico ou moral; 3) ações de reabilitação na forma de atenção à saúde, psicoterapia; 4) medidas de satisfação; 5) promoção das garantias de não repetição das violações que algumas vezes vai necessitar de reformas judiciais, institucionais e legais (BERISTAIN, 2009).

Em nosso entendimento, essas comunidades foram vítimas de processos de vulnerabilização pela implantação do projeto de transposição do rio São Francisco nos âmbitos materiais, simbólicos, políticos, econômicos, ecológicos e de saúde. Até agora, a reparação tem sido ineficiente, insuficiente ou ausente, e aplicada de maneira

unilateral, sem a participação da comunidade. Compreendemos que a reparação comunitária deve ser integral e estar direcionada a todas as dimensões.

A pergunta que deriva deste problema e nos interessa estudar é: **Como se configuram os processos de vulnerabilização e quais são as demandas de reparação das comunidades camponesas, no contexto das obras de transposição do rio São Francisco?**

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os processos de vulnerabilização e a abrangência das ações de reparação efetivadas nas comunidades camponesas afetadas diretamente pela transposição do rio São Francisco em Sertânia, Pernambuco.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as perdas materiais, simbólicas e agravos à saúde e doenças nas comunidades atingidas diretamente pelo eixo leste da transposição do São Francisco.
- b) Analisar o modo e o alcance da reparação comunitária realizada.
- c) Analisar a percepção de satisfação quanto à reparação efetivada e as demandas não atendidas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 SEMIÁRIDO E TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

O Semiárido nordestino é conhecido como a floresta branca brasileira, nome originário dado à Caatinga pelos povos indígenas que ocupavam essas terras. Por um mecanismo de adaptação natural às intempéries do clima, as plantas do Semiárido desenvolvem estruturas específicas como folhas pequenas em formato de espinhos ou, ainda, "perdem" a folhagem como forma de proteção aos tempos não chuvosos, deixando os galhos das árvores sem folhas, produzindo a imagem cinzenta/esbranquiçada no horizonte, que foi observada pelos antepassados dessa terra (COSTA, 2014).

A heterogeneidade desse ecossistema pode ser observada nas diversas espécies de plantas e animais encontradas no ambiente, que, por vezes endêmica, demonstra a imponência desse sistema e a importância da preservação para o equilíbrio e a convivência humana. Mandacaru, coroa-de-frade, facheiro, xiquexique, macambira, caroá, marmeleiro, umbuzeiro, jurema, imburana-de-cheiro e de cambão, angico, juazeiro, aroeira, catingueira e pau-ferro fazem parte da sua riquíssima e particular existência, sendo base para a cadeia alimentar de várias espécies (SCHISTEK, 2017).

A Caatinga faz fronteira com outros três tipos de biomas: Mata Atlântica, Amazônia e o Cerrado. As chuvas no Semiárido são determinadas por vários aspectos da geografia, influenciado por locais de precipitação, assim como o relevo, representados por montanhas, chapadas/planaltos e depressões. Nisso é relevante sinalizar que os níveis pluviométricos não são uniformes em toda essa região. O que para alguns autores vai significar que existem domínios de caatinga, com especificidades quanto à precipitação, vegetação e fauna (TABARELLI *et al.*, 2018).

Mesmo em algumas regiões de predominância de Caatinga, havendo uma relativa precipitação com alguma disponibilidade de recursos hídricos, o sertão possibilita processos de adaptação e de convivência com esse ambiente aparentemente inóspito. O tema da água ao longo dos anos é eivado de conflitos que permeiam as demandas da população e as políticas adotadas para solucionar,

especialmente quanto ao acesso para fins de abastecimento humano como para fins econômicos (TABARELLI *et al.*, 2018).

Segundo a alta comissão dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o acesso à água é um direito fundamental, caracterizando-o como direito universal, e assim cria normativas, recomendações, entre outros dispositivos para reforçar ações dos governos nacionais membros em suas políticas para garantia do acesso à água.

Em 1985, foi publicada a resolução que versa sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Em 2003, temos o comentário geral n.º 15, que reconhece o direito humano à água como um direito universal:

No que diz respeito ao direito à água, os Estados Partes têm a obrigação especial de fornecer a quem não dispõe de meios suficientes a água necessária e instalações e prevenir qualquer discriminação por motivos internacionalmente proibidos no fornecimento de água e serviços de água. (UNITED NATIONS, 2003 p. 7).¹

Negar o direito de acesso à água de qualidade é negar o direito à saúde, à segurança alimentar, ao bem-estar social e, sobretudo, à vida. O debate internacional sobre esse tema é intenso e conflituoso, na tentativa de se construir soluções mais eficientes e eficazes para promover a segurança hídrica; principalmente, em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde as formas de acesso continuam limitadas.

A partir do 3.º Fórum Mundial da Água, realizado no Japão em 2003, alguns temas ganharam mais destaque nos debates políticos. Entre eles, ocupa centralidade o acesso à água, com abastecimento em quantidade e de qualidade para garantir a segurança hídrica, a saúde, a higiene, o saneamento, a subsistência e atendimento das necessidades de todos – especialmente crianças, mulheres, indígenas, marginalizados, deficientes, pobres –, incluindo-se, além das físicas, as necessidades culturais e espirituais (UNITED NATIONS, 2003).

No Brasil, desde o período colonial, o tema da seca e da desertificação do Semiárido é recorrente sem, de fato, propor soluções integradas e respeitadas do

¹ No original: With respect to the right to water, States parties have a special obligation to provide those who do not have sufficient means with the necessary water and water facilities and to prevent any discrimination on internationally prohibited grounds in the provision of water and water services.

modo de vida das populações que aí vivem. Pelo contrário, megaprojetos instauram situações de destruição e morte em desfavor da vida, têm protagonizado cenários de colapso humano em prol de um tipo de desenvolvimento que só serve para poucos já abastados, e aprofunda as desigualdades sociais e as injustiças ambientais (TABARELLI *et al.*, 2018).

Entre os grandes empreendimentos no semiárido do Nordeste, de caráter apenas desenvolvimentista, está a faraônica transposição do rio São Francisco, que se sustenta nos velhos discursos colonialistas das políticas de combate à seca (OLIVEIRA, 2015). O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é uma ambição desde os tempos do Brasil Imperial. Atravessa a história política brasileira e, na década de 1990, reaparece e é nomeado como um dos projetos mais polêmicos do governo federal. Em 2006, integrou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado pelo governo Lula. O PISF é considerado a maior obra de infraestrutura hídrica realizada no país (BEZERRA, 2016).

A ideia central do projeto é transportar as águas do rio São Francisco através de dois Eixos, Norte e Leste. Pelo Eixo Norte, as águas serão transpostas para os rios Salgado e Jaguaribe no Ceará; Apodi no Rio Grande do Norte; Piranhas-Açu na Paraíba e Rio Grande do Norte. Observando a capacidade máxima de 99 m³/s – operará com uma vazão contínua de 16,4 m³/s –, do ponto de captação das águas no município de Cabrobó, PE, até o destino final, o projeto percorrerá uma distância de 400 km (BRASIL, 2004).

O Eixo Leste transpõe suas águas para os rios Pajeú e Moxotó no estado de Pernambuco e para o rio Paraíba no estado da Paraíba. O projeto vai operar com uma vazão contínua de 10 m³/s, tendo a capacidade de operação de 28 m³/s. A captação da água ocorre no lago da barragem de Itaparica no município de Floresta, PE, percorrendo 220 km até chegar ao leito do rio Paraíba (BRASIL, 2004).

Acompanhadas por promessas messiânicas de crescimento e desenvolvimento para o Semiárido Nordeste, as obras em torno do rio São Francisco produziram, segundo diversos autores, destruição, desterritorialização, violência de variadas configurações, com perdas da paisagem original, simbólicas e materiais, e adoecimento. A transposição das águas do rio São Francisco como estratégia de

combate à seca, mostrou-se, segundo os estudiosos, insuficiente, assim como os processos de reparação e mitigação das obras para os povos atingidos pelas obras (BARACHO, 2014; BEZERRA, 2016; GONÇALVES *et al.*, 2018).

Depois de quase quinze anos do início de sua construção, ainda existem grupos populacionais, que vivem nas proximidades do canal, que ficaram sem acesso à água da transposição. Os que antes dependiam de riachos, aluviões, cacimbas, barreiros para obtenção de água tiveram essas estruturas destruídas pelas obras da transposição (GONÇALVES *et al.*, 2018). Essas "águas de aluvião", também conhecidas como "água de areia", ficam nos interstícios das areias do leito dos rios, como fontes de água para irrigação e dessedentação animal (SCHOMMER, 2001).

Como já mencionado, é preciso enfatizar a semelhança entre o processo que envolveu as obras da transposição do rio São Francisco, que data do século 21, com as antigas práticas de manipulação, políticas com interesses mercadológicos, iniquidade de acesso à água, interesses privados do agronegócio, latifundiários e dos políticos que tiram vantagem das vulnerabilidades historicamente existentes.

3.2 COMUNIDADE CAMPONESA: MODOS DE VIDA TRADICIONAIS

O modo de vida pode ser entendido como a expressão maior do sujeito no território onde ele vive, permeado por caminhos subjetivos inerentes à própria compreensão de mundo individual ou coletiva, constituído de interfaces históricas, sociais e culturais. Sua organização pode realizar-se por meio de comunidades no seu sentido mais íntimo, reproduzindo-se na partilha de crenças, costumes, experiências e construções epistemológicas de vida. Pela perspectiva da reprodução social, esse movimento de transcrição do existir repercute diretamente na forma como os indivíduos se desenvolvem na condição de comunidade (BRANDÃO, 2010).

Essas comunidades, a depender de caracterizações antropológicas, recebem a denominação de "populações tradicionais", com variadas modalidades histórico-culturais. Diante da polissemia do que seja "tradicional", adotamos a definição de Cunha (2009), que define as "populações tradicionais", de maneira "extensional" aos "membros" atuais ou aos candidatos a "membro". A autora aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas.

O emprego do termo 'populações tradicionais' é propositadamente abrangente. Contudo, esta abrangência não deve ser tomada por confusão conceitual. Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. (CUNHA, 2009, p. 289).

Segundo Brandão (2010), às comunidades tradicionais camponesas, e tantas outras, diferenciam-se dos povos indígenas, principalmente, por viverem em parcialidade das relações e de construções do modo de vida com as cidades. A distinção entre esses grupos é de grande importância, pois quando se fala de "comunidades tradicionais", não se refere necessariamente à comunidade indígena que é primitiva (BRANDÃO, 2010).

Havendo um sistema de signos particulares, com ritmos e rituais intrínsecos, é evidente a presença de elementos que revelam a relação de conflito entre o campo e seu modo de vida e o modelo capitalista vigente (BRANDÃO, 2010). Para além desses traços originários e organizativos, o campo tem cada vez mais, de acordo com Cunha (2009), se tornado alvo de interesse para o mercado capitalista pelas complexas interdependências e conflitos de interesse econômico e territorial (CUNHA, 2009).

Brandão (2010) nos indica algumas das interfaces essenciais que configuram o modo de vida de uma comunidade tradicional, as quais serão apresentadas a seguir: transformação da natureza – o que legitima um modo de vida tradicional é a relação simbiótica com a natureza e de trabalho coletivo que transforma o território ao longo das gerações a seu modo, a partir de conhecimento particular, atravessadas por questões espirituais, culturais, tornando o espaço um lugar habitável e produtivo.

O autor discute a autonomia dessa população como relativa, porém evidencia que esse fato não inviabiliza os indivíduos a realizarem seu trabalho e viverem sua vida com certo grau de autonomia, que, quando rompida, promove a deslegitimação do modo de vida tradicional em sua mais profunda dimensão, ferindo a sua existência, tornando territórios e indivíduos tutelados. Essa perspectiva nasce de uma colonialidade do poder, refletida por meio de Quijano (1992), que incide na liberdade, soberania e autonomia das famílias camponesas em seus territórios (COSTA; DINIZ, 2021). Por último, Brandão (2010) diz que a experiência da vida em territórios é cercada por ameaças e opressão, sendo algo inerente a toda comunidade tradicional, que se vem sustentando ao longo dos anos, reproduzindo-se, muitas vezes, na

desterritorialização dessas comunidades, provocando processos de vulnerabilização no modo de vida tradicional (BRANDÃO, 2010).

O trabalho é outra categoria que se apresenta como central no modo de vida, expressando, por vários prismas, a identidade de um povo em sua dimensão simbólica e cultural. Como elemento histórico, apontamos mudanças no processo de trabalho do campesinato após a Lei da Terra em 1850, em que, a partir desse momento, surgem dois tipos: um relacionado com a subsistência e sua relação com a terra e outro que diz respeito a um sistema monetário de troca de trabalho por dinheiro, que vem sendo cada vez mais englobada pela modernização. Essas relações de trabalho foram configurando outros tipos de arranjos na história do campesinato, vulnerabilizando, muito mais, os processos de relação com a terra (MARQUES, 2006).

As desigualdades de acesso à terra no Brasil são imensas, sendo o País um dos poucos que ainda não tiveram uma efetiva reforma agrária no mundo. O que justifica, por exemplo, ter um dos mais pujantes movimentos sociais na busca de justiça social e direitos humanos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual tem guiado a luta camponesa no Brasil por melhores condições de vida e de garantia do direito à terra, à saúde e ao modo de vida camponês (CALDAR, 2001).

3.3 PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO E A JUSTIÇA AMBIENTAL

O termo vulnerabilidade é usado nas mais diversas áreas do conhecimento e tem notório destaque no campo da saúde na década de 1990, a partir da coalizão global contra o vírus da aids; ao longo do tempo foi ganhando diversos significados e aplicações para compreensão da determinação da saúde. Desde os primórdios de sua introdução nos estudos das ciências sociais em saúde, ainda nos Estados Unidos da América (EUA), o tema da vulnerabilidade foi ancorado em um tripé estruturante – sendo ele formado pelo individual, social e o operacional – no atendimento às demandas de atenção à saúde (AYRES, 2015).

As vulnerabilidades são condições produzidas por contextos insalubres e relações sociais de poder desigual, ocorrendo também de modo reverso. Podem estar

presentes nos mais variados ambientes; onde as pessoas habitam ou se divertem de alguma forma, caracterizando-se como graves ou não tão graves.

No constructo saúde, essas condições foram sendo complexificadas. As interfaces passaram a ser consideradas para além do biológico, considerando também outras variáveis socioambientais (PORTO, 2011). As questões raciais, de gênero, étnicas e de classe, vividas nas relações humanas em contextos territoriais, passaram a ganhar maior destaque para explicar as iniquidades em saúde.

As condições inatas da biologia, como o sexo e a idade ou suscetibilidades genéticas, passaram também a ser analisadas por meio de modulações socioambientais. As situações de risco que modificam as condições de vida e a saúde passaram a ser compreendidas como processos de vulneração que imbricam as dimensões sociais, culturais, econômicas, simbólicas e políticas (PORTO, 2011; PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007).

É relevante salientar que tais contextos podem estar – e na grande maioria das vezes estão – munidas de elementos históricos herdados de colonialidade e de exclusão do Outro, como vemos no racismo estrutural, sempre na prerrogativa daquilo que é estruturante em uma determinada sociedade.

Em geral, toda comunidade tradicional é, potencialmente, vulnerável, pois como diz Brandão (2010), tem problemas no exercício de sua autonomia e está sujeita às políticas de Estado, as quais podem ser desfavoráveis a ela, como veremos na situação da transposição do rio São Francisco.

A expressão vulnerabilização aqui será empregada, segundo Porto, Rocha e Finamore (2014), como os processos nocivos pelos quais as comunidades tradicionais passam, decorrentes das incidências de empreendimentos e políticas em seu território. Tipificar grupos vulneráveis com base apenas em indicadores, dados e informações institucionais – que na maioria procedem de critérios que desconhecem a dinamicidade da realidade no território – traz inconsistências, e desconhecem a história; assim contribuem para equívocos em naturalizar o que foi socialmente determinado. Além das dificuldades de compreensão dos processos comunitários por pessoas que não fazem parte de sua cosmovisão, e, dessa forma, não podem ser transpostas (AYRES, 2015).

Diversos autores com outras abordagens buscam superar essa impossibilidade de traduzir e sistematizar a complexidade do que ocorre nos territórios. Para o geógrafo crítico Milton Santos (1999, p. 7), o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. É no território que, segundo Samaja (2000), podemos encontrar os fenômenos saúde-doença-cuidado em sua complexidade, incidindo no corpo dos indivíduos, expressando-se nos grupos sociais de pertencimento nos níveis familiar, comunitário e societal; e onde essa tríade é forjada e se expressa (SAMAJA, 2000).

O território não se define apenas pelo espaço físico. Segundo Santos (1999), conforma-se pelas identidades construídas em relação ao espaço historicamente ocupado e transformado.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

É preciso compreender que foi no contexto de profundas iniquidades sociais, observadas nos EUA, diante da territorialização das populações, que se cunhou o conceito de justiça ambiental. A justiça ambiental faz parte de uma estratégia de luta contra a dominação do capitalismo e seu processo de destruição; em geral, por ocasião de grandes empreendimentos que desconsideram as populações que vivem em territórios já consolidados tradicionalmente por sua cultura, obras sociais, estruturas sanitárias, educacionais, produtivas, simbólicas e espirituais, entre outras; provocando, muitas vezes, a desterritorialização, que é relacionada, principalmente, com processos de exclusão socioespacial, caracterizados pela perda do acesso à terra, em que estão imbricados também o trabalho, a produção e reprodução material e simbólica dos indivíduos (CHELOTTI, 2010; HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Entre um passado recente e um futuro distante, a noção de ecologia política e de saberes, na perspectiva da justiça ambiental, “revira” as estruturas do poder, e redireciona o caminho destruído na busca da reconquista de direitos perdidos

(PORTO, 2014). Nos EUA, um forte movimento por justiça ambiental surgiu na década de 1980, denunciando estruturas de desigualdade de direitos e de condições de vida. Ao contrário da lógica dita “Nimby” – *not in my backyard* (não no meu quintal] – os autores e atores que iniciaram a formação desse movimento tinham como principal objetivo politizar a implicação do racismo nas desigualdades ambientais, denunciando tal lógica de que o lixo era descartado “sempre no quintal dos pobres” (BULLARD, 2002).

De acordo com Acsehrad (2010), a injustiça ambiental caracteriza-se pela exposição desigual de populações ao risco proveniente do modelo de acumulação de capital, penalizando ambientalmente os territórios já vulnerabilizados historicamente e ainda em processo de vulnerabilização. O entendimento de “justiça ambiental” expressa uma nova forma de compreender a luta da questão ambiental, levando em consideração as dinâmicas sociopolíticas relacionadas com a justiça social.

A definição da categoria de luta por “justiça ambiental”, segundo Acsehrad (2004), designa o conjunto de princípios e práticas que:

- a – asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b – asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- c – asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d – favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (ACSELRAD, 2004, p. 13, 20).

Vamos introduzir mais dois significantes para compreensão dessa temática. Primeiramente, o relacionado com o consumo, que Acsehrad (2004) considera como *contracultural*. Trata-se de um movimento que busca questionar o estilo de vida baseado no padrão consumista de apropriação dos recursos naturais. O segundo, denominado por esse mesmo autor de *utilitário*, que pensa na economia sem repensar a forma como o capital vem sendo acumulado pela sociedade (ACSELRAD, 2010).

Há, fundamentalmente, duas classes: as que se beneficiam da degradação e as que pagam os custos ambientais.

As questões de raça, classe e gênero são importantes para compreender a desigualdade socioambiental em termos mundiais. O movimento por justiça ambiental afirma que não se trata de distribuir a poluição de modo mais equitativo, mas reivindica aumentar a autonomia e a soberania das comunidades e pôr fim à exploração dos territórios. As principais diferenças na forma como o racismo ambiental que se processa nos Estados Unidos e em outros países racistas, como no Brasil e na África do Sul, estão nos processos de colonização e de exclusão.

A colonização sempre se efetivou mediante violência e segregação racial. As formas de luta e resistência antirracista são distintas. Nos Estados Unidos, o racismo foi historicamente autodeclarado e juridicamente ordenado. Na África do Sul, constituiu-se, também, uma política de *apartheid* social, até há poucos anos. Os aspectos complexos da constituição sociocultural, política e econômica do colonialismo no Brasil, assim como a ideologia fortemente impregnada do mito da democracia racial, caracterizam uma realidade distinta desses outros dois exemplos (PACHECO; FAUSTINO, 2013).

As populações tradicionais sofrem cronicamente de verdadeiros processos denominados por Boaventura de Souza Santos de “epistemicídios”, ou seja, a destruição de saberes locais sobre a prerrogativa de inferioridade, fundamentados em um etnocentrismo, herdado dos processos de colonização, que invisibiliza e desvaloriza as diversidades culturais dos territórios, tornando-os seres exóticos e folclóricos (SANTOS; MENEZES, 2009). Esse modo racista de ver o outro orienta as políticas de Estado e atividades econômicas que afetam as comunidades, aprofundando a injustiça ambiental e as iniquidades sociais, marcando essas populações como impedidoras do progresso e do desenvolvimento econômico (PACHECO; FAUSTINO, 2013).

As injustiças ambientais e sociais são produzidas com intencionalidade clara e de forma objetiva direcionada para as populações periféricas. Os processos que ocorrem na ordem global não estão limitados tão somente à questão de classe ou à possibilidade de migração para escapar da poluição. O racismo continua a ser um potente processo da determinação do local de vida e de onde se realiza a reprodução

social das comunidades. O racismo cria e perpetua injustiças ambientais, que vão expressar-se de modo desigual em comunidades onde há distintas expressões demográficas quanto à raça (BULLARD, 1994).

3.4 REPRODUÇÃO SOCIAL E A SAÚDE

A reprodução social é um conceito muito importante para o entendimento da determinação social da saúde. Diversos autores latino-americanos de pensamento marxista adotam esse conceito para melhorar a compreensão integral da causalidade em saúde e das implicações da saúde afetada na população, que promovem processos de vulnerabilização social. Esses são fenômenos recursivos, produtos de interação, que amplificam as nocividades e os efeitos na saúde.

Seguindo a proposição de Juan Samaja (2000), vamos utilizar a reprodução social como uma categoria de análise para examinar o processo de determinação da saúde. As ciências sociais vêm contribuindo com a construção do campo da Medicina Social, e nos anos 1840, com Rudolf Virchow, na Alemanha, a Medicina Social consolidou-se no sentido de entender o processo de determinação social da saúde por meio das condições de vida e de trabalho dos indivíduos e das coletividades.

A epidemiologia social, na tentativa de romper com o paradigma, fez avançar a crítica ao modelo causalista ou multicausal, baseada em relações lineares entre causas ou "fatores de risco" e feitos como modelo explicativo determinístico para o processo saúde-doença, passando a propor um modelo processual (histórico) e de interações complexas (BARATA, 2005; BREILH, 2014). A aplicação do conceito de reprodução social para analisar a situação de saúde permite, entre outras coisas, uma compreensão mais profunda, complexa e sistemática da realidade do sujeito e suas interconexões sociais e ambientais (ALMEIDA FILHO, 2020; BREILH, 2014; SAMAJA, 2000).

O processo saúde-doença-cuidado está inteiramente ligado ao modo de existir e de se reproduzir dos indivíduos. A dinâmica desse processo também configura o território no qual o sujeito está inserido e é por ele configurado. A formação desse território é dada historicamente pela relação entre lógicas da natureza e sociais. Os aspectos geofísicos, como o clima, o relevo, vão importar tanto quanto o modo de

produzir e de extrair da natureza os meios necessários para atender as necessidades humanas. O modo como se desenvolve o processo produtivo de trabalho vai moldar o espaço de desenvolvimento humano em suas relações históricas e culturais. Assim, a reprodução social das famílias e das comunidades depende de outras escalas de processos sociais, econômicos, ecológicos e políticos, nos níveis de micro e de macrocontexto (NASCIMENTO, 1982; SAMAJA, 2000; SANTOS, 1999).

Samaja (2000) vai propor distinguir quatro dimensões da reprodução social que vão incidir sobre a saúde: 1- denomina de *reprodução biocomunal* aquela relacionada com os aspectos biológicos, que, por sua vez, dependem das condições materiais de vida; 2- *reprodução da autoconsciência e conduta*, que também de nível comunal da organização social, de onde emergem as manifestações culturais, as cosmologias e o simbólico de cada agrupamento humano; 3- *reprodução tecno-econômica*, também de nível societal que possibilitam a produção das bases materiais e o consumo de bens; 4- *reprodução ecológico-política*; aqui vamos fazer uma digressão separando a política para dar um destaque posterior à ecológica.

A reprodução política está no nível macroestrutural, da superestrutura, da sociedade. É importante salientar que a divisão de tal processo é apenas uma maneira sistemática de analisar as dimensões, pois existe um fluxo contínuo em alinhamentos difusos e interativos que fazem com que todas essas reproduções sejam interdependentes umas das outras, e não devem ser tratadas isoladamente (SAMAJA, 2000). Segundo Samaja, o indivíduo é atravessado por singularidades biológicas perenes à própria evolução da espécie e, pelos processos políticos, econômicos e sociais inerentes à racionalização humana, projetadas minuciosamente por processos internos e externos ao sujeito. O conjunto desses processos é que o molda e o caracteriza, assim como de sua família e de sua comunidade de pertencimento.

O território palco de todas essas transformações é também o palco de todos esses processos, como foi definido por Milton Santos (1999), autor que podemos fazer dialogar com Juan Samaja (2000). O território vivo se entrelaça nas linhas existenciais do povo que o habita, tornando aquele universo um ser multifacetado único (NASCIMENTO, 1982; RIGOTTO, 2018; SANTOS, 1999).

A casa que habita o indivíduo e sua família não se restringe como um espaço construído fisicamente, estruturado de alvenaria ou de pau-a-pique, mas é o lugar de

ser, de pertencer, de ter identidade, expressa nas potencialidades e nas possibilidades de sua existência (SANTOS, 1999). A reprodução social vai ser distinta na história de vida dos sujeitos, e atravessada em todas as suas dimensões, que se projeta em ações indissociáveis de seu modo de vida e resulta em uma condição de saúde. Não são simplesmente indivíduos isolados, são produtos históricos de seu meio social (SAMAJA, 2009).

As dimensões da reprodução social estão imbricadas no ordenamento social, em que a saúde dos indivíduos e das populações se processa. A existência do sujeito está envolta no processo de produção e nos produtos finais dos quais os indivíduos são autores e atores concomitantemente. Existe uma relação bidirecional ou de retroalimentação entre os sujeitos e a totalidade social, engendrando no contexto a ideia de sobredeterminação das relações do macro e do microsocial influenciando dimensões fundantes da vida, como a saúde, as estruturas de poder e as condições do existir (ALMEIDA FILHO, 2020, MORIN, 2008; SAMAJA, 2000).

3.5 REPARAÇÃO COMUNITÁRIA

A reparação surge como um "costurador de retalhos" de fragmentos espalhados após o rasgar da tessitura que sustenta a vida e o espaço que ela ocupa, e quando alterado, interfere no pretérito, no presente, na memória e nas expectativas; ou seja, impõe ao sujeito a reorganização do Eu real, fruto dos processos históricos sociais e do Eu projetivo em um contexto de mudanças e de rupturas (CARNEIRO, 2004).

Por essa conjugação, é quase inexpressiva a possibilidade de retorno às condições primárias quando existe a violação do curso estabelecido em determinado lugar. No entanto, é possível organizar a arquitetura das relações ecossistêmicas, para que se possa ressignificar o presente e criar outras subjetividades, subsidiadas pela memória coletiva e individual. Desse modo, intervir no complexo saúde-cuidado-doença por meio das dimensões da reparação integral, respeitando a cosmovisão estabelecida ao longo do tempo pelas pessoas afetadas (VILLA, 2015).

Pode-se dizer que a reparação é manifestada de forma íntima e particular a cada sujeito, sendo extremamente necessária em contextos de vulnerabilização,

biogeográfica e humana, garantida pelo Estado e/ou responsáveis pelos danos em todas as dimensões. Utilizaremos a reparação na perspectiva do médico e doutor em Psicologia Carlos Beristain, que assim entende a reparação:

[...] la reparación es el conjunto de medidas orientadas a restituir los derechos de las personas afectadas por distintos tipos de violaciones de derechos humanos, catástrofes tecnológicas o prácticas industriales destructivas y mejorar la situación de las poblaciones afectadas, así como promover reformas legales o políticas que impidan la repetición de los hechos. Sin embargo, desde una perspectiva ambiental, los derechos violados e impactos sufridos no sólo hacen referencia a la población, sino también a su relación con la naturaleza, y a la naturaleza misma, que es afectada en muchas ocasiones de forma destructiva por prácticas industriales o contaminantes. (BERISTAIN, 2010, p. 19).

Beristain (2009) vai distinguir cinco dimensões da reparação que vão incidir sobre a vida: a restituição, indenização, reabilitação, medidas de satisfação e garantias de não repetição. A restituição busca restabelecer a situação prévia ao dano, pode ser compreendida ainda no retorno ao lugar onde o sujeito habitava, restituição de bens e processos de trabalho. Indenização é a dimensão mais difundida, talvez pela própria construção capitalista de reparar, dar-se pela compensação pecuniária pelos danos ou prejuízos materiais e imateriais. Reabilitação que alude às medidas de atenção à saúde física e psicológica, porém não se restringem ao campo biomédico; a reabilitação pode e deve acompanhar serviços e ações que deem subsídios às vítimas na readaptação ao novo cenário; por exemplo, a utilização de técnicas de memória coletiva, reforçando os laços da comunidade e de seus membros com sua história passada e as projeções (BERISTAIN, 2009).

A dimensão das medidas de satisfação pode ser compreendida pelo argumento da verdade e da justiça no reconhecimento em público dos atos agressivos, promoção de comemorações tradicionais ou tributo às vítimas fatais; por último, o autor introduz a dimensão das garantias de não repetição, associada à segurança de que os sujeitos não serão novamente alvo de violações. Essa responsabilidade se apoia principalmente em reformas judiciais, institucionais e legais (BERISTAIN, 2009).

É crescente o debate acerca da relação dos direitos da natureza e dos seres humanos, evidenciando um discurso demasiadamente antropocêntrico, fundamentado em uma herança eurocêntrica da qualidade do direito como algo exclusivo dos seres humanos. Desconsiderando o ambiente no qual o sujeito se

desenvolve em condição simbiótica à sua existência. É importante refletir que, quando dizem respeito às comunidades tradicionais, essas têm relação com o ambiente construído por outra concepção de mundo, em que são criados vínculos afetivos com a natureza, considerando-a como ser vivo e pulsante. Alguns países, como o Equador, já adotaram essa concepção em seus documentos oficiais como podemos observar no artigo 71 da Constituição do Equador: “A natureza [...], onde a vida é produzida e realizada, tem direito de ser respeitada integralmente em todos os seus ciclos vitais, na sua estrutura como um todo, nas funções e processos evolutivos.” (EQUADOR, 2008).²

Até poucas décadas, a reparação, esse termo que se vem adaptando ao longo dos anos, tinha como principal função a restituição de bens materiais/imateriais de maneira isolada, por meio de indenizações patrimoniais e morais sem nenhuma perspectiva integral de reparação do dano causado (BERISTAIN, 2010). A reparação, pela perspectiva crítica e ampliada, é concebida como um conjunto complexo de direitos, ações e medidas protagonizadas por e pelos diferentes sujeitos, levando em consideração as mais variadas dimensões da vida e os direitos das pessoas e da natureza vítima de violências.

El ideal de la reparación *ad integrum*, es decir hasta recuperar la integridad anterior, muchas veces imposible, dado que existen impactos que probablemente son irreversibles cuando los ataques a la vida, la destrucción y la contaminación han sido muy importantes o han tenido proporciones catastróficas. Pero la reparación debe ser integral por las esferas que debe incorporar y porque debe mostrar un esfuerzo honesto y efectivo del Estado o de los responsables de los impactos sufridos (frecuentemente empresas nacionales o transnacionales) por llegar a ella. (BERISTAIN, 2010, p. 21).

Assim, a reparação tenta de alguma maneira promover a diminuição dos impactos das catástrofes ambientais ou práticas industriais que resultaram no rompimento de direitos humanos e/ou planetários, criando cenários de injustiças e iniquidades (BERISTAIN, 2010). Ajudar as pessoas e comunidades atingidas a superar os impactos, reconhecer direitos individuais, coletivos e ecológicos,

² No original: Art. 71.- La naturaleza [...], donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.

restabelecer a relação de confiança dos indivíduos afetados na sociedade e nas instituições e recuperar os espaços e as condições onde se reproduz vida e o equilíbrio de ecossistemas são alguns dos objetivos de se fazer reparação (BERISTAIN, 2010; MALDONADO, 2018).

As repercussões do modelo desenvolvimentista firmado na construção de grandes empreendimentos como a transposição do rio São Francisco no Semiárido nordestino, promovem diversas vulnerabilizações ambientais, à saúde, econômicas, sociais; e no modo de vida, as comunidades são afetadas pelas obras (BARACHO, 2014; GONÇALVES *et al.*, 2018). As mudanças decorrentes das alterações na paisagem e na dinâmica do território fazem com que tudo se transforme e muitas vezes se perca o eixo condutor de processos ancestrais e de reprodução social dessas comunidades, as quais vivem as consequências negativas dessas construções e as mudanças no território (SANTOS, 1999).

É necessário, a compreensão e o desenvolvimento integral de medidas e ações direcionadas para essas populações e seus territórios com o objetivo de reparar as comunidades mediante estratégias que recuperem a sua dignidade, promovendo autonomia, soberania, sustentabilidade e biossegurança (BREILH, 2013, 2014; MALDONADO, 2018). Para tanto, é fundamental a reparação do socioecossistema e individual, que permita a recuperação dos processos protetores da saúde, guiados pela verdade e a justiça (BERISTAIN, 2009).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 DESENHO DO ESTUDO

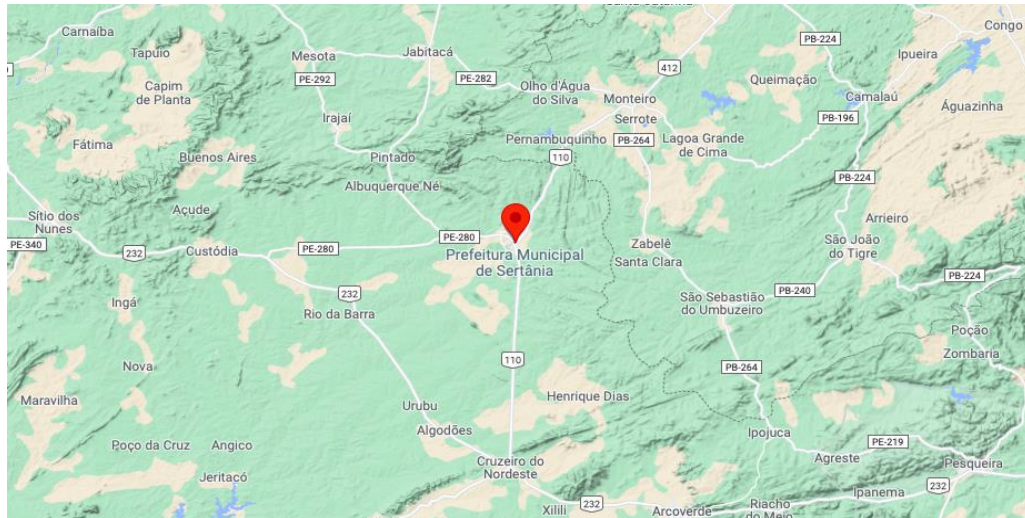
Trata-se de um estudo de caso, descritivo, analítico e de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa “responde a questões muito pertinentes e particulares, ocupando-se com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Trata-se de uma abordagem que trabalha com a dimensão “dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2011, p. 21). O estudo de caso pode contribuir na identificação de fenômenos pouco estudados, carente de uma investigação aprofundada, que possibilite novas categorias de análise ou pressupostos para estudos posteriores (YIN, 2015).

4.2 ÁREA DO ESTUDO

O estudo desenvolveu-se no município de Sertânia, localizado no estado de Pernambuco. A cidade foi escolhida em razão do apoio encontrado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia à pesquisa, além do vínculo já estabelecido por meio de outros trabalhos de pesquisa desenvolvidos no contexto do Programa TranVERgente no território.

Localiza-se a uma distância de 263 quilômetros da capital do estado, Recife, tendo uma área de 2.421,511 km² e a população de 35.207 habitantes. Situa-se na mesorregião do Sertão de Pernambuco e na microrregião do Sertão do Moxotó (Figura 1), fazendo parte, ainda, da bacia hidrográfica do rio, que recebe o mesmo nome, Moxotó. Faz limites com os municípios de Ibimirim, Custódia, Arcoverde e São Sebastião do Umbuzeiro (IBGE, 2017).

Figura 1 – Representação espacial do município de Sertânia, Pernambuco, Brasil



Fonte: Google Maps, 2021.

O município compreende geograficamente cinco distritos: Sede; Algodões; Henrique Dias; Rio da Barra e Albuquerque-Né, e sete povoados: Pernambucozinho, Waldemar Siqueira, Moderna, Caroalina, Várzea Velha, Umburanas e Cruzeiro do Nordeste IBGE, 2017) (Quadro 1). A cidade de Sertânia está inserida no Eixo Leste da transposição do rio São Francisco; nesse trecho a água transposta tem origem no lago da barragem de Itaparica no município de Floresta, PE, passando pela cidade de Sertânia com destino a Monteiro e ao rio Paraíba, PB (BRASIL, 2004).

Quadro 1 – Distribuição das comunidades do município de Sertânia, 2021

DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA	
DISTRITOS	COMUNIDADES
Sede	Pernambuquinho
Algodões	Waldemar Siqueira
Henrique Dias	Moderna
Rio da Barra	Caroalina
Albuquerque-Né	Várzea Velha
	Umburanas
	Cruzeiro do Nordeste
	Cipó*
	VPR**
	Hortifrutigranjeiro***

Fonte: Elaboração do autor.

* Comunidade com aproximadamente 58 famílias; afetada diretamente pelas obras da transposição.

** Comunidade com aproximadamente 52 famílias; reassentamento de famílias vulnerabilizadas pelas obras da transposição.

*** Comunidade com aproximadamente 12 famílias, afetadas pelas obras da transposição.

4.3 SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos da pesquisa foram compostos por camponeses maiores de 18 anos, de qualquer sexo, residentes no território diretamente afetado pelas obras da transposição, que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Também líderes comunitários e de movimentos sociais, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com relevante importância direta ou indireta na saúde da comunidade.

O nível de ancoragem do estudo constitui-se pelo território camponês e diz respeito à autoconsciência e conduta (modo de vida). A amostra foi do tipo intencional, na qual o sujeito é selecionado de acordo com sua vivência em relação à transposição. Considerou-se a formação de uma amostra heterogênea com o objetivo de melhor apreensão do constructo central desta pesquisa, em número suficiente para saturação das respostas (YIN, 2016).

4.4 PERÍODO DO ESTUDO

O estudo realizou-se de agosto a outubro de 2021.

4.5 FONTE DE DADOS E INSTRUMENTOS DE COLETA

4.5.1 Dados primários

A coleta de dados primários realizou-se por meio de entrevistas individuais e uma oficina, a qual subsidiou a identificação e análise dos processos de vulnerabilização e de reparação da população camponesa afetada diretamente pela transposição do rio São Francisco no município de Sertânia.

Inicialmente, será apresentado como se realizaram as entrevistas e posteriormente a oficina, que, apesar de seguirem caminhos semelhantes, têm suas especificidades, os objetivos e percalços distintos. Ambas as formas de metodologia se desenvolveram no mesmo período e de forma contínua no território. No entanto, ao contrário das entrevistas, a oficina realizou-se em apenas uma comunidade das três inicialmente propostas.

A decisão de realizar em apenas uma comunidade foi permeada por questões logísticas de deslocamento, mas principalmente pelas análises prévias feitas no conteúdo das entrevistas, as quais mostraram maior sensibilidade da temática da reparação para a comunidade Vila Produtiva Rural Salão. É importante ressaltar que, durante todo percurso das entrevistas e da oficina, recebemos o apoio do Sindicato Rural de Sertânia (STR Sertânia).

4.5.2 Entrevistas

Uma das ferramentas mais importantes no processo de construção de um estudo de caso, certamente, são as entrevistas (YIN, 2015). Neste estudo as entrevistas contribuíram para compreensão das perdas materiais, simbólicas e agravos à saúde e doenças, ou seja, os processos de vulnerabilização da população camponesa no entorno dos canais da transposição, assim como trazer impressões sobre as ações de reparação realizadas no território. A entrevista se realiza “por iniciativa do entrevistador e tem como objetivo construir informações que desenvolvam subsídios para um objeto de pesquisa” (MINAYO, 2010, p. 261).

Neste estudo de caso, a entrevista foi semiestruturada, espontânea e com perguntas abertas e focadas, em que o entrevistado terá a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2010; YIN, 2016). As entrevistas realizaram-se com camponeses, líderes comunitários e de movimentos sociais e membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sertânia. Seguiram a estratégia de saturação de falas dos sujeitos. Usou-se um roteiro semiestruturado para as perguntas das entrevistas baseado no referencial teórico-metodológico (APÊNDICE 1).

As entrevistas realizaram-se no período de setembro a outubro de 2021 de forma presencial, mas as idas ao território ocorreram no início de agosto de 2021, por meio de vínculo criado com o programa de pesquisa e extensão chamado TransVERgente. Uma iniciativa de instituições públicas de ensino e pesquisa (UPE, FIOCRUZ e UFCG), que acompanhei em alguns momentos durante o reconhecimento do território e a coleta de dados. O programa supracitado já tinha vínculo com as comunidades, atuando nelas desde 2018, em especial três: Cipó, Hortifruti e Vila

Produtiva Rural (VPR), as quais fazem parte deste estudo. Salientamos que esta pesquisa se realizou de forma autônoma em relação às ações que o Programa TransVERgente desenvolveu no território.

As entrevistas foram marcadas no decorrer de uma semana, e se realizaram na casa dos participantes. Iniciaram-se em Cipó (4 entrevistas), seguido de Vila Produtiva Rural Salão (4 entrevistas) e Hortifrutigranjeiro (3 entrevistas). É importante salientar que, no final de cada dia de entrevistas, os dados eram organizados e confirmadas a participação e disponibilidade de horário das pessoas para o dia seguinte.

Realizaram-se 11 entrevistas no total, entre elas, três homens e oito mulheres, número suficiente para a obtenção da saturação das respostas. As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e sistematizadas por meio de categorias que emergiram da leitura das falas. Antes de iniciar a entrevista, apresentavam-se os objetivos da pesquisa, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para expor amplamente sobre a investigação a se realizar; em seguida, era assinado pelo entrevistado (APÊNDICE B).

4.5.3 Oficina

A oficina seguiu a metodologia participativa, com o objetivo de uma construção coletiva, em que os saberes do mundo sejam respeitados, e, na medida do possível, haja articulação com o planejamento de propostas e execução de atividades (SOLIZ; MALDONADO, 2012). Realizou-se uma oficina na comunidade Vila Produtiva Rural Salão, onde estiveram presentes camponeses que moram no local (cinco participantes). A técnica usada para a oficina foi "mapa de sonhos". Essa técnica permite, muitas vezes, a caracterização de direitos não cumpridos, e nasce do contexto de iniquidade ou vulnerabilização da comunidade, moldando desejos dos sujeitos que podem estar relacionados com os sentimentos quanto a reparações feitas ou não no território (SOLIZ; MALDONADO, 2012, p. 19).

A oficina realizou-se em um espaço comum que existe na comunidade. No primeiro momento, apresentou-se o objetivo da oficina e disponibilizou-se uma cópia do TCLE mediante explicação e posterior assinaturas (APÊNDICE C). Em seguida, foi

feita, entre os participantes, uma rodada de respostas à pergunta disparadora: "Para você, o que é reparação?" Seguindo-se à construção das respostas, utilizou-se a técnica de contação de histórias, para refletir sobre reparação. Logo depois, foi pedido aos participantes que dissessem uma ou duas coisas que precisariam ser reparadas na comunidade diante das perdas simbólicas e materiais decorrentes da transposição do rio São Francisco.

De acordo com o que era exposto individualmente pelas pessoas, perguntava-se a todos se tal fato era realmente importante para a comunidade, e, em positivo, eram anotadas em uma cartolina. Assim, depois de todos responderem e juntos refletirem sobre as respostas, os itens da lista de reivindicações foram desenhados em uma cartolina e coloridos. A oficina foi gravada em áudio, e as falas foram organizadas por meio de descrição resumida, anteposta por questões interpretadas como importantes.

4.5.4 Análise documental

A análise documental teve a finalidade de caracterizar a abrangência das ações de reparação efetivadas nas comunidades camponesas relativas ao Programa de Extensão Universitária TransVERgente da Universidade de Pernambuco (UPE). O programa atua como ferramenta na luta pela reparação integral no contexto de violência de direitos e em saúde que se formou nas comunidades vulnerabilizadas pela transposição do rio São Francisco em Sertânia. O TransVERgente, tem desenvolvido trabalhos nas comunidades de Sertânia desde 2018.

Analisaram-se as seguintes categorias: compensação monetária, ações de atenção à saúde mental, dispositivos de preservação das tradições locais, espaços de ressocialização e de convívio no semiárido, reconhecimento dos direitos perdidos, declarações públicas, cumprimento em tempo adequado das sentenças e dos processos gerados a partir do reconhecimento dos danos causados, denúncias e protocolos no Ministério Público, formação de programas ou políticas de proteção aos indivíduos e ao ambiente.

Utilizaram-se para análise os relatórios oficiais do Programa TransVERgente, arquivos de mídia (fotografias e vídeos), além de trabalhos científicos que abordam diferentes aspectos relacionados com a problemática do estudo.

4.6 PLANO DE ANÁLISE

Utilizaremos a matriz de dados com base na Reprodução Social, conforme proposto por Samaja (2000), para estudar o processo de determinação da saúde em contextos e microcontextos definidos. Segundo Samaja (2000), não há como compreender a realidade humana sem a considerarmos em sua totalidade, ou seja, é necessário partir do pressuposto de que os sujeitos são organismos históricos que se desenvolvem em diversos níveis de integração, que vão suprimindo, conservando e superando os anteriores.

Não são simplesmente indivíduos isolados dos processos de vida. Para este estudo, serão considerados, conforme a proposição de Samaja (2000), os vários componentes da reprodução social: as reproduções biocomunal, a da autoconsciência e conduta; a tecno-econômica, a política e a ecológica.

A ancoragem do estudo será na reprodução da autoconsciência e da conduta. Esta se refere a processos relativos ao modo de vida tradicional. As outras dimensões serão analisadas como interdependentes, e irão contribuir na compreensão de forma sistêmica dos processos relacionados com o modo de vida desta população (Quadro 2).

Quadro 2 – Representação sistêmica das dimensões da reprodução social

Componentes das condições	Produto
Reprodução biocomunal	Reprodução da autoconsciência e a conduta
Reprodução tecno-econômica	
Reprodução política	
Reprodução ecológica	

Fonte: O autor, com base em Samaja (2000).

4.6.1 Análise descritiva

Os dados da oficina receberam tratamento descritivo; os pontos principais organizaram-se por meio de uma descrição resumida, anteposta por citações interpretadas como importantes e sistematizadas. Segundo Gomes (2011), a análise e a interpretação de dados na perspectiva qualitativa não têm como finalidade contar opiniões ou pessoas. O foco é conhecer ou se aproximar de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende pesquisar. Esse tipo de estudo não precisa necessariamente abranger a totalidade do conteúdo. No entanto, as informações devem sustentar, entre outras coisas, uma discussão consistente e o alcance do propósito da pesquisa.

Quanto à análise documental, foi feita a leitura dos documentos oficiais, a exemplo de relatórios, arquivos de mídia (fotografia e vídeos) e trabalhos científicos com o objetivo de identificar as categorias de análise que subsidiassem a compreensão da atuação do Programa TransVERgente nas comunidades camponesas do município de Sertânia.

4.6.2 Análise temática

Esta técnica foi aplicada aos dados provenientes das entrevistas com base nos estudos de Ceres Victora (1991) e de Victora, Knauth e Hassen (2000), pertencentes à Antropologia da Saúde. A análise temática do conteúdo das falas faz referência a uma leitura de significados relevantes por meio da sistematização de respostas recorrentes dos entrevistados. Segundo as autoras, é necessário "um alinhamento claro e objetivo entre os elementos constituintes da pesquisa e os referenciais teóricos adotados, porque estes vão nortear a análise de dados da pesquisa", que, como as autoras trazem, é um dos aspectos mais complexos da pesquisa qualitativa (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 90).

4.6.3 Categorias de análise

No Quadro 3, apresentamos nos níveis de complexidade a estrutura de sistemas de matrizes de dados, compreendendo uma ancoragem com dois níveis de

contextos e dois níveis de subtópicos. Com essa estrutura, podemos vincular a ontogenia processual dos dados que representam os fenômenos da determinação social da saúde, em que a dialética de subordinação é compreendida.

Quadro 3 – Matriz de coleta e análise de dados da reprodução social e saúde, 2021

Unidades de Análises (UA)		Dimensões					
		Biocomunal		Autoconsciência e da conduta	Tecno-econômica	Política	Ecológica
		Condições materiais de vida	Saúde				
Contexto 2	Brasil						
Contexto 1	Sertânia						
Ancoragem: comunidade camponesa							
Subtexto 1	Família						
Subtexto 2	Indivíduos						

Fonte: O autor com base em Samaja (2000).

No Quadro 4, apresentam-se as categorias de análise sobre reparação compreendendo-a em cinco dimensões, conforme proposto por Beristain (2009).

Sendo a sua divisão das dimensões apenas por propósitos de sistematização, de maneira que se adota a complexidade da reparação e sua integralidade.

Quadro 4 – Matriz de coleta e análise de dados das dimensões da reparação, 2021

Dimensões de Análise (DA)	Categorias da Reparação
Restituição	Retorno ao lugar anteriormente ocupado pelo sujeito ou comunidade, restituição de vegetação nativa, animais perdidos
Indenização	Compensação monetária justa para perdas materiais (casas, terras férteis, criação de animais, reservatórios de água como açudes, cacimbas e aluviões, etc.), físicas (perda de audição, visão, problemas respiratórios, acidentes decorrentes da operacionalização) ou morais (medo, humilhação, estresse e problemas psicológicos)
Reabilitação	Atenção médica e psicológica na comunidade, dispositivos de preservação das tradições locais, espaços de ressocialização e de convívio com as novas paisagens, medidas de identificação dos sujeitos com o lugar, subsídios de reprodução social semelhantes ao existente anteriormente, medidas voltadas ao reflorestamento ou à fauna local
Medidas de satisfação	Reconhecimento dos direitos rompidos e responsabilização pelo Estado dos culpados, declarações públicas, cumprimento em tempo adequado das sentenças e dos processos gerados com o reconhecimento dos danos causados, medidas simbólicas de comemorações
Promoção das garantias de não repetição das violações	Denúncias e protocolos no Ministério Público, formação de programas ou políticas de proteção aos indivíduos e ao ambiente.

Fonte: O autor com base em Beristain (2009).

4.7 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa realizou-se de acordo com a Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa n.º 196/96 na versão 2012. A proposta de estudo foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz – IAM/FIOCRUZ e aprovado sob o CAAE:

47220221.5.0000.5190 (ANEXO A). Para preservar a identidade dos entrevistados, foram identificados por meio de codinomes de plantas nativas do bioma caatinga.

4.7.1 Contexto de pandemia de covid-19

Diante do contexto de pandemia de covid-19, este estudo se desenvolveu de acordo com as recomendações preconizadas pela Portaria n.º 1.565 de 18 de junho de 2020 (BRASIL, 2020). Foram atendidas e respeitada a distância de 1 (um) metro entre os participantes, a oferta de álcool 70% e máscaras. Todas as atividades (entrevistas e oficina) aconteceram em ambiente arejado. É importante salientar também, que todos foram orientados a permanecer em distanciamento preconizado e fazer uso de máscara e álcool 70% para a biossegurança dos participantes, colaboradores e pesquisadores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 VULNERABILIZAÇÃO CAMPONESA EM RELAÇÃO À TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

As obras da transposição afetaram diretamente os territórios ao longo dos canais, com a destruição de recursos naturais para construção dos canais por onde passariam as águas. Esse fato provocou a mudança da paisagem, representada na Fotografia 1, destituindo a imagem que existia antes da chegada da transposição. O desmatamento de árvores nativas da região e o acúmulo de terras das escavações, foram reorganizando o espaço e mudando o sentimento das pessoas com relação ao lugar onde habitam, que, de acordo com Jurema, perdeu a beleza:

Ah, a paisagem era bonita; agora ficou só um buraco 'veio' feio, coisa feia danada. Não se vê nada de bonito aí, não. Eles falaram que ia ter um reflorestamento. Eles falam, mas eles ora vêm aí com uma máquina, joga um não sei o que danado é que eles tão jogando pra lá. Depois ninguém vê nascer nada. (Jurema em entrevista).

Fotografia 1 – Canal do eixo leste da transposição do rio São Francisco, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Uma das consequências da perda da paisagem é provocar nos indivíduos a sensação de não pertencimento àquele lugar, como veremos em várias falas, e

ilustrada pela fala de Caroá. Os impactos ambientais foram previamente identificados no Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) produzido por técnicos do Ministério da Integração. Para tanto, definiram-se 39 Planos Básicos Ambientais (PBA). No que diz respeito à fauna e à flora, o PBA 17 compreendeu como uma das medidas de mitigação o replantio de muda de árvores que foram desmatadas, a fim de preservar o máximo possível as características ecológicas endêmicas dos lugares atingidos.

Porque eles desmataram muito ficou mais quente. [...] se você visse o tanto de árvores que eles derrubaram, quando acabar faz um... estavam replantando. aí o que botaram pra plantá é facheiro. Eu acho que tu não sabe o que é facheiro. Ele é tipo um mandacaru. Facheiro, uma urtiga que não é d urtiga da gente, aquele, como é? O pinhão, pinhão que a gente chama pinhão brabo, sem ser o pinhão roxo, e qual é a outra? Parece que é aroeira. Uma coisa que não tem a ver; home, plantasse uma plata que... pra quê facheiro? Pra quê urtiga? Diz que é pra os bode. Quem vai criar bode se não tem cerca, que não é nem da urtiga da terra daqui, tá entendeno? Eles trouxeram outra que diz que o bode come, que eu não sabia, é outro tipo de urtiga. Aí eu não vi nada de benefício dessas plantaço que eles estão fazendo. (Caroá em entrevista).

O PBA 17, no entanto, configurou-se como ineficiente e suas ações incompatíveis com a realidade encontrada anteriormente, pois, segundo o documento, a recuperação e a compensação em relação à fauna e flora iriam acompanhar as obras, o que não foi feito de maneira integral, visto que o reflorestamento ainda está em curso após a finalização das obras como apontado por Caroá em entrevista. Além disso, o replantio das árvores, quando houve, não correspondia à vegetação anteriormente presente nos locais afetados, conforme também apresenta Caroá.

A configuração desse cenário de desertificação e a oneração do solo em sinergia com a introdução de novas espécies no local, mesmo pertencentes ao bioma Caatinga, não estavam presentes naquele ambiente, o que representa um processo de vulnerabilização e agravo à saúde e ao ambiente pelo fato de a vegetação local sustentar a forma organizacional de reprodução e produção dessa população, que abrange desde a utilização de plantas específicas para alimentação animal, como podemos ver na fala de Caroá:

Facheiro, uma urtiga que não é da urtiga da gente daqui, aquele, como é? O pinhão que a gente chama pinhão brabo, sem ser o pinhão roxo. Qual é a outra? Parece que é aroeira. Uma coisa que não tem nada a ver; home,

plantasse outra planta, mas pra quê facheiro? Pra quê urtiga? Diz que é pra os bode; quem vai criar bode se não tem cerca, que não é nem da urtiga da terra daqui, tá entendendo? Eles trouxeram outra que diz que o bode come, que eu não sabia, é outro tipo de urtiga. Aí eu não vi nada de benefício dessas plantação que eles estão fazendo.

Se eles tivessem botado o Mandacaru, tinha muito pé de Mandacaru. O Mandacaru aqui no tempo da seca mesmo, de novembro pra dezembro, quem não tem palma assa o mandacaru e dá ao gado. (Caroá em entrevista).

No caso da comunidade de Cipó, além da destruição de espécies de plantas nativas, houve a destruição de fruteiras que, na época propícia, serviam como renda extra e espaço de lazer, socialização e demonstravam união na comunidade. Esse fato evidencia transformações no modo de vida camponesa, apresentado no desestímulo ao cultivo de novas fruteiras, como também na impossibilidade da reprodução social que existia, como ilustra a fala de Jurema. Todos os baixios foram destruídos afetando o acesso à água e a subsistência por meio da agricultura dessa população. Relata Mandacaru:

Na plantação, a gente tinha as vagens, que nem eu te falei, nós perdemos tudo. Passou pelo meio, mesmo pelo meio. Aí eles tiram 100 metros pra cá e 100 pra cá, acabou com tudo. (Mandacaru em entrevista).

Ninguém se interessa mais por fruteira pra plantar, porque a gente tinha tudo isso. As vagens ali, onde passou o canal, era as fruteiras, era dos vizinhos, mas era de nós, ao mesmo tempo era de nós, porque aqui todo mundo no tempo da fruta: 'ó, pode ir pegar uma manga, uma coisa, uma goiaba?', era desse jeito. (Jurema em entrevista).

Conforme nos foi dito por Juazeiro e Jurema em entrevista, foram soterrados poços e cacimbas, e por motivo da explosão das obras, os açudes começaram a apresentar vazamento e secar, vulnerabilizando material e simbolicamente. Esses eram dispositivos, entre outros, que traziam autonomia, alívio e segurança hídrica para a sobrevivência nos tempos de seca no sertão, como podemos observar nas falas seguintes:

Nós tinha um poço aqui, que meu pai tinha um poço, que podia deixar ele jogando água o dia todo, aí depois das explosões, aí pronto, ele...diz que ele fecha embaixo as veias, aí perdemos o poço. Aí fiquemo nesse negócio de esperar que eles colocassem água (Jurema em entrevista).

Era poço, era cacimbão. Nos cacimbão, nunca faltava água pra gente, era cacimba; quem não podia fazer cacimbão, tinha cacimba. Olhe, dali da

passarela até aqui, a gente contava com um poço, dois cacimbão e uma cacimba de água pra distribuir. Aqui era um lugar muito rico de água, mas agora estamos nessa agonia e nesse sofrimento; depois que passaram, destruíram, passou esse canal aí. (Juazeiro em entrevista).

Conforme Acselrad (2010), o cenário descrito nessas falas das entrevistas acima configura contexto de injustiça ambiental e, para tanto, fazem-se necessárias a luta por justiça quanto aos direitos rompidos. Essa luta, segundo Bullard *et al.* (2013), relaciona-se com a busca pelo tratamento justo e a participação social da população com o objetivo de não atribuir as consequências ambientais negativas produzidas a grupos específicos já vulnerabilizados, como é o caso das comunidades tradicionais (BULLARD *et al.*, 2013). Ademais, as explosões, o uso de britadeiras e as escavações também provocavam o agravamento das doenças respiratórias como relata Jurema: "Ave Maria, eles inventaram de botar um britador aqui, aí tinha um pessoal que tinha problema de respiração..." (Jurema em entrevista). Também surgiram agravos à saúde de natureza auditiva em decorrência da poluição sonora provocada pelas obras. "Uma poeira, uma poeira que vinha desse britador, eles cortando a brita [...] de dia e de noite, de dia e de noite, de dia e de noite aquela zoada: 'teretei teitei'." (Caroá em entrevista).

Como veremos na fala de Facheiro, houve perda de autonomia, soberania e de segurança hídrica dos sujeitos diante de seus processos de reprodução. Passando agora a depender de terceiros para ter acesso à água como subsídio na dessedentação humana e animal, e inviabilizando ou dificultando as plantações que refletem o modo de vida camponês e dão sustentação econômica e de subsistência a essas famílias.

A gente tinha aquele açude, o açude da propriedade que pertence às 16 famílias. A gente tinha bastante água, a água era cheia, aí dentro da minha roça fica assim, como se fosse a correnteza da barragem e tem um córrego que ficava daquela água. Então, era melhor do que com a transposição, porque com a transposição, acabou isso, esse acesso àquela área que tem água, entendeu? Ela foi embora, e a gente ficou com a terra seca. (Facheiro em entrevista).

A destruição com a extinção de terras férteis, que antes eram usadas para a agricultura, como vimos nas falas anteriores, impõe ao indivíduo procurar outros lugares para sua plantação. Como se deduz da fala de Mandacaru, a perda da terra

furta a segurança alimentar e financeira que se tinha anteriormente. Levando em consideração o tipo de solo e clima do Semiárido e o uso das práticas de queimadas do solo para produção, existe uma possibilidade do aumento da rotatividade do lugar escolhido para plantação, provocando maiores focos de desmatamento, prejuízos ao solo e a todo o ecossistema de seres vivos presentes no ambiente.

Não tem mais nada. Então, fomos pro alto, aonde a gente costumava ir, onde forçou a turma a fazer desmatamento. Tanto desmataram pra construir casas, como desmataram pra fazer outras roças no alto, aí obriga você todo ano a fazer uma roça, uma queimada, quem trabalha ainda. Aí todo mundo faz uma queimada pra ter, como a gente chama aqui, uma broca, terra nova. Aí é onde a destruição vem, desmata tudo. (Mandacaru em entrevista).

Conforme nos falam Juazeiro e Jurema, houve a criação de várias estradas alternativas nos territórios, que implicaram perigo para a população, bem como a falta de acessibilidade em alguns casos. Muitas famílias tiveram de se adaptar para os novos caminhos que eram utilizados pelos transportes das firmas durante as obras e depois abandonados, sendo agora usadas como rotas de fuga para assaltos, conforme depoimentos:

Aqui apareceu uns roubo que não tinha antes. Aqui mesmo de frente a esse quebra-mola... Agora não, um ano atrás, um ano e dois anos atrás, os cabras assaltavam carro aqui [...] pegava os carros, levava pra essa transposição aí, tudo pra beira de canal, que é meio isolado, lá pra frente, e roubava os carros [...], porque na beira do canal é uma estrada, tá entendendo? É estrada. Quando desmataram, ficou a estrada pra transitar os carros da firma quando estavam trabalhando. Ficou essa estrada meio isolada. (Juazeiro em entrevista).

Já teve assalto quando os alunos vinham pela passarela ali que eles fizeram no lugar da ponte, pois eles tiraram a estrada principal da gente. Deixaram aí a gente tendo de fazer retorno grande, aí, quando se adocece, pronto. A gente vai fazer compra na rua, e as lotações não querem vim trazer não, porque as lotações são de Monteiro, eles vão querer passar direto de Sertânia a Monteiro, não vão querer fazer esse arroteio todinho, arrotear pra vim trazer aqui não. Aí a gente tem que pegar um que seja daqui mesmo, tratar o dia certo, pra ir fazer as compras da gente. (Jurema em entrevista).

Jurema nos fala sobre o prejuízo que a comunidade sofreu na locomoção e acesso a serviços, e nos hábitos comuns, como "ir à feira", pois a reorganização das estradas, a partir da logística da transposição, dificultou o acesso à prestação de serviços de emergência em saúde, vulnerabilizando essas pessoas na autonomia do

território e no seu modo de vida diante da dificuldade da realização dos hábitos e costumes. Esse fato também pode ser constatado nos estudos de Bezerra (2016) e Domingues (2016), que relatam as transformações e a perda de autonomia ocorridas em territórios que também foram afetados pelas obras da transposição, permitindo a compreensão de que várias comunidades tradicionais foram vulnerabilizadas em sua autonomia ao longo da transposição. Além disso, houve o estranhamento com aumento da movimentação de carros e máquinas nos territórios, que não respeitavam a velocidade, pondo em risco a vida das famílias, engendrando contextos de insegurança e medo, como nos relata Facheiro em sua fala. Situação semelhante também foi demonstrada no estudo realizado por Gonçalves (2019) na etnia indígena Pipipã, no município de Floresta, também vulnerabilizado pela transposição do rio São Francisco.

A gente não tinha costume com tanto carro, e eles não respeitam a velocidade em frente às casas. Quanto a essa questão do movimento, do barulho, isso foi uma perda de sossego grande [...] pra mim, o peso maior foi por causa da construção, ou irresponsabilidade, foi a perda do meu genro, que ficou irreparável. Foram muitos os acidentes que aconteceram. (Facheiro em entrevista).

Facheiro também comenta como esse fato afetou o modo de vida tradicional, apresentado na mudança da rotina calma e sossegada que existia antes das obras da transposição e o expressivo número de acidentes que houve durante as obras e as mortes. A mudança da dinâmica do território também alterou a rotina na criação de animais, como ovelhas e cabras, decorrentes da abertura das estradas e escavações para construção dos canais, conforme apontado por Palma.

O canal não deixou cerca no meio, ele veio abrindo. Então ficou tudo aberto, se uma criação se solta... muita gente teve prejuízo com perda de animais, de criação de cabra e ovelha. Eu mesmo perdi umas cabras, [...] eu comprei umas criaçãozinhas de cabra pra começar a criar, só que as minhas, na época, eu comprei cinco, foram embora e até hoje eu não sei onde elas pararam, desapareceram, cinco criação de cabra, duas grandes e três eram menor, foram embora. Então muita gente perdeu por conta disso, pois ficou tudo aberto, os bichos não tinham mais limite. (Palma em entrevista).

As cercas que serviam para prender os animais foram danificadas, ocasionando muitas mortes por acidente e a perda dos animais que ficavam soltos, como relatado por Jurema em entrevista:

Quem tem alguma criaçãozinha agora, às vezes tá soltando pra ir comer um capinzinho ali no canal. Meu esposo já pegou bichinho ali nadando, morrendo ali, aí foi que foram socorrer e tiraram os bichinhos, ainda bem que conseguiram. Porque acontece os animais caírem dentro, não tá cercado nada. (Jurema em entrevista).

Além da divisão forçada do território, surgiu a dificuldade de muitas famílias em criar animais. Pois a área com pastagem ficou do outro lado do canal, impossibilitando a passagem dos animais para se alimentar, vulnerabilizando materialmente essa população e, afetando conseqüentemente, o seu processo de trabalho e seu modo de vida, como se observa na fala de Facheiro:

É, a gente tinha criação de bode, o gado; a criação de bode e ovelha sempre é mais, porque são os que a gente chama pra necessidade mais rápida, e as vacas eram mais pra o leite e os bois pra o carro, que a gente carregava carro de boi. Hoje a gente não tem carro de boi, tem só a carroça de burro. Mas era uma das coisas que a gente tinha que a gente perdeu assim, vamos dizer. E a dificuldade que deu lá hoje é porque a gente tinha o açude cheio e tinha aquela área todinha de pastagem. Com o canal, ele partiu no meio, então a gente ficou sem o acesso a outra propriedade, ou seja, é a mesma propriedade, só que hoje em duas, entendeu? (Facheiro em entrevista).

Processos de vulnerabilização com perdas materiais, simbólicas e agravos à saúde também foram encontrados em outros territórios ao longo das obras da transposição do rio São Francisco, como os estudos de Baracho (2014) nas comunidades quilombolas no município de Salgueiro, PE; Domingues (2016) na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes-Junco em Cabrobó, PE; Gonçalves (2019) na Terra Indígena Pipipã em Floresta, PE, e Bezerra (2016) também com comunidades camponesas em Sertânia, PE, e em Monteiro, PB. As perdas de animais também vulnerabilizam materialmente essas comunidades. Entre as implicações das perdas ocasionadas pela transposição, negar o modo de viver, como refere Cacto, é, em parte, uma estratégia de vulnerabilização cultural, e, por conseqüência, surge o enfraquecimento da soberania e da identidade.

Muita gente além de ter perdido suas terrinha, perdeu seus entes queridos, muita gente aí perdeu. Ter esse negócio da água foi bom? Foi. Todo ser humano precisa de água, uma plantação também precisa de água, mas é assim, nem todos têm essa água. Aqui nós também ainda não temos essa água do rio São Francisco. Mas, sei lá, você analisando, pensando direitinho, perdeu muita coisa, até a forma de viver; porque mudou muito, mudou bastante. (Cacto em entrevista).

No que diz respeito à desterritorialização, deve ser considerada observando a complexidade da vida e suas construções, que envolvem o todo e suas partes em um emaranhado de redes que, ao mesmo tempo, são dependentes do meio e autônomas. Esse processo pode ser pensado como tipos de ruptura dos meios de reprodução social, como vimos nas definições de Samaja (2000). A mudança dos hábitos e da identidade territorial pode estar afetando o modo de vida, a saúde física e mental pelo estranhamento do lugar desconhecido, que não é mais identificado como sua habitação, como observado na fala de Cumaru: “Muita gente tem casa aqui, mas não é assim, morar, ter aquele amor, aquela terra não; muita gente ainda sofre um bocado.” (Cumaru em oficina).

A única vantagem citada da chegada da transposição foi a oferta de empregos nas firmas e empresas contratadas, mas logo surgiram problemas jurídicos diante da expectativa da aposentadoria e a perda da qualidade do trabalho do agricultor. Surgiram outros problemas referentes à alta rotatividade e à redução progressiva dos empregos ofertados pelas firmas. Assim, surgiu o medo entre os trabalhadores, aliado à insegurança, conforme se evidencia nas falas de Facheiro e Coroa de Frade.

Muita gente mudou, porque de qualquer maneira, muita gente que era agricultor e começou a trabalhar, quando chegou a época de se aposentar, deu problema de que teve vínculo com o Ministério, então, é aquela questão, eu só não cheguei a saber se perdeu a aposentadoria, mas a gente foi alertado disso [...] Então esse vínculo aí, durante esse período, a pessoa deixou de ser agricultor e passou a ser trabalhador público, não, é um nome que eles deram lá, então, assim, foi quando começou a gerar mais medo do pessoal trabalhar fichado. (Facheiro em entrevista).

A transposição mesmo, quantas firmas não vieram pra aí e empregaram meio mundo de sertanienses aqui em Sertânia [...] Hoje em dia, não tem emprego não, hoje em dia você vai na porta de uma empresa dessas, e você ouve: ‘não tá pegando ninguém não’. (Coroa de Frade em entrevista).

Apresentamos no Quadro 5 os processos de vulnerabilização segundo as dimensões da reprodução social (SAMAJA, 2000), e os agravos à saúde, subsidiados

pelas falas da oficina e das entrevistas realizadas. Vemos que a dimensão da autoconsciência e da conduta foi modificada pela mudança do modo de vida, especialmente relacionada, neste caso, com a perda da autonomia, elemento fundante do modo de vida tradicional (BRANDÃO, 2010).

A sistematização da matriz de dados (Quadro 5) auxilia na compreensão dos processos de vulnerabilização e como esses afetam os indivíduos em sua saúde. Vemos na matriz como a “destruição de terras férteis” implica danos na dimensão biocomunal, afetando o processo de trabalho no que tange à dimensão tecno-econômica na "impossibilidade de trabalho na agricultura".

É possível observar também que o "não cumprimento das promessas feitas à população camponesa" pelo Estado no projeto da transposição do rio São Francisco, especialmente a garantia e ampliação de acesso a água foi agravado pelos danos ecológicos, na "destruição de cacimbões e poços", prejudicando, ainda, a reprodução biocomunal e da autoconsciência e a conduta relacionada com o modo de vida.

Assim, as dimensões apresentadas são independentes, mas, ao mesmo tempo, codependentes por seus elementos atravessarem processos que sustentam outras dimensões, como descrito anteriormente. A perspectiva da reprodução social, segundo Samaja (2000), também pode ser utilizada para indicar objetivamente o que deve ser passível de reparação para essas comunidades, diante do processo de vulnerabilização, considerando a complexidade dos processos sociais e de saúde. Ampliando a percepção da reparação das comunidades vulnerabilizadas e instrumentalizando o planejamento e a implantação das ações de reparação integral.

Quadro 5 – Representação dos processos imbricados de vulnerabilização de camponeses, conforme dimensões da reprodução social (ecológica, política, tecno-econômica, autoconsciência e conduta, e biocomunal).

Ecológica: Danos a açudes pelas explosões das obras da transposição, poços artesanais soterrados; divisão territorial por meio do corte da terra; mudança da paisagem com a divisão do território e construções de passarelas; dificuldade de acessibilidade, destruição da vegetação nativa centenária (angico, baraúna, aroeira) e de remédio; destruição de terras férteis; avanço de domínios de terras pela

Política: Descumprimento de promessas encontradas nos PBA e pelos acordos firmados entre as comunidades e a transposição; imposição das obras; destruição da associação de moradores; dificuldade de acesso a serviços de saúde; rompimento de

Tecno-econômico: Mudanças no processo de trabalho da agricultura para subemprego nas firmas da transposição; impossibilidade de trabalho na agricultura;

Autoconsciência e conduta: Dificuldades de confraternização; desunião; perdas e mudança de valores; desesperança; venda de terras; perda de autonomia

Biocomunal (vulnerabilização material e simbólica)

Mortes e furtos de caprinos, galinhas, bois, prejuízos com rachaduras nas casas, nas calçadas, perda de terras para transposição, oneração da renda pela perda da criação e não poder criar como antes da transposição. Destruição de cercas, reservatórios de água, como cacimbas, poços, destruição de fruteiras. Destruição de terras férteis para

Agravos: Sofrimento mental, insegurança em relação ao futuro, perda do sossego, dificuldade de mobilidade no território, perda de autonomia, perda da união entre as pessoas, agravos no quadro de doenças respiratórias (asma, bronquite), explosões no território, perturbação sonora.

Doenças: Insônia, depressão, quadros de estresse, ansiedade, doenças respiratórias pelo excesso de poeira produzido pelas britadeiras e escavações.

Óbitos: Houve no total três mortes, uma por infarto agudo do miocárdio relacionado com quadro de estresses provocados pelos conflitos com a transposição. A segunda, por acidente de atropelamento envolvendo trabalhadores da firma da transposição, e a terceira associado a depressão grave

Fonte: o autor, 2021, com base em Samaja (2000).

Nota: É perceptível a nocividade para a saúde nas obras de transposição do rio São Francisco, Pernambuco, Sertânia, Brasil.

5.2 ANÁLISE DAS AÇÕES DE REPARAÇÃO REALIZADAS E A PERSPECTIVA DE UMA REPARAÇÃO INTEGRAL

No que diz respeito às ações de reparação, a primeira constatação que tivemos foi de que elas foram insuficientes e realizadas apenas diante das perdas consideradas materiais, passíveis de contabilidade, tais como terras, criação de animais e casas danificadas. Outra constatação é que ocorreram de forma subdimensionada, não correspondendo ao valor real dos bens perdidos, conforme nos expôs Palma, Mandacaru e Juazeiro em entrevista:

Veio uma indenização para ele, e era pra ir receber em Custódia. A indenização era tão louca que se você pagasse o valor da passagem pra ir a Custódia receber o cheque e voltar, o cheque não cobria o valor que ia gastar. (Palma em entrevista).

Quem recebeu a indenização nem tem a terra nem tem o dinheiro. Você acha que foi ganho? Não foi. (Mandacaru em entrevista).

Não, não, não. Não consigo lhe falar não. Muita gente não recebeu a indenização e se preocupou muito. A gente mesmo do terreno lá da frente e deste aqui mesmo, não recebeu indenização de nada. O terreno de lá faz até vergonha dizer que recebemos de lá, eu não vou nem dizer. Foi uma vergonha. (Juazeiro em entrevista).

Esse fato não é exclusivo apenas dessa população, também foi identificado em outras comunidades ao longo do canal da transposição, apontado nos estudos de Domingues (2016) e Gonçalves (2019). Ressaltamos que a falta ou insuficiência de indenizações aumenta a insegurança e viola profundamente os direitos humanos. É importante destacar que o campo jurídico da reparação confronta fortemente com o entendimento de reparação sob o prisma da saúde.

Um exemplo claro é a não protocolização judicial da reparação na afetação futura na reprodução social do modo de vida de comunidades tradicionais como a camponesa, que pode sofrer alterações em razão do dano causado no presente e impossibilita de produzir as ferramentas suficientes para exercer a identidade e a tradição, por não caracterizar teoricamente dano real. Esse fato limita a atuação de mecanismos preventivos e a compreensão da reparação no seu sentido mais sistêmico.

Na análise do Programa TransVERgente, vimos surgir um ponto de esperança no fortalecimento das lutas pelos direitos rompidos nessas comunidades afetadas. O programa nasce de uma proposta inter/transdisciplinar da Universidade de Pernambuco, Universidade Federal de Campina Grande e Fundação Oswaldo Cruz, com o propósito de desenvolver ações de saúde e resistência em contextos de vulnerabilização, atuando desde 2018 nas comunidades do município de Sertânia. O Programa pôs em evidência comunidades que estão sofrendo no contexto de vulnerabilização da transposição do rio São Francisco em Sertânia. Nesse sentido o depoimento de Mandacaru é bastante significativo:

Muito, muito mato. Aí eles ficavam procurando calango, lagartixa, cobra, ô meu Deus do céu. Se preocupando, claro, não é? É o bioma, tem coisa que tem que preservar mesmo, mas ficavam atrás disso, e ninhozinho de passarinho, e não pensava na população, no ser humano. 'Não, a gente joga eles pra lá, eles ficam pra lá e se viram, mas esse calango a gente tem de salvar ele.' Eu penso: tá certo, é uma vida, eu não discordo muito não. Eu ficava observando; onde tinha um ninho de rolinha, um ninho de passarinho, eles deixavam todo aquele mato em volta até o passarinho tirar o ninho. Não tá errado, né? Mas, e o ser humano, o que foi que eles fizeram? Essa minha indignação era por isso. (Mandacaru em entrevista).

Como reflexo da atuação do Programa TransVERgente, há uma ação judicial por reparação aberta no Ministério Público Federal, e já aparece na fala de Coroa de Frade, significando um avanço na capacidade organizativa da comunidade. Esse fato contribui para a esperança e a confiança nas instituições públicas e na diminuição da sensação de abandono. O Programa também desenvolve momentos de discussão (conforme as Fotografias 2, 3 e 4), os quais têm por objetivo promover estratégias no fortalecimento das lutas contra as violações sistemáticas de direitos no território.

Depois desses tempo, aí que atrasou, e nós procuramos o pessoal [...] É o que eu digo direto, depois disso aí melhorou 100%, [...] entrou com ação judicial no Ministério Público contra o Ministério da Integração, aí deu uma melhorada não atrasou; não só atrasou esses dias e mesmo assim, coisa que não acontecia, era dinheiro cair no sábado ou domingo, e agora tá caindo até no sábado, e no domingo tá caindo dinheiro, a verba, até o pessoal tá estranhando, (Coroa de Frade em oficina).

Fotografia 2 – Encontro realizado pelo Programa TransVERgente na comunidade de Hortifrutigranjeiro, Sertânia, Pernambuco, Brasil



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Fotografia 3 – Encontro realizado pelo Programa TransVERgente na comunidade de Cipó, Sertânia, Pernambuco, Brasil



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Fotografia 4 – Encontro realizado pelo Programa TransVERgente na comunidade de Vila Produtiva Rural, Sertânia, Pernambuco, Brasil



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Presença dos comunitários, representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sertânia e secretários municipais de Saúde e de Agricultura. Sertânia, Pernambuco, Brasil.

O Programa é composto por profissionais e estudantes de várias áreas do conhecimento (saúde pública, psicologia, medicina, direito, sociologia, enfermagem entre outras) ampliando o mapeamento das vulnerabilizações ocorridas no território, assim como as possibilidades de enfrentamento. As fotografias a seguir evidenciam a metodologia utilizada pelo Programa TransVERgente, que se desenvolve na forma de oficinas e rodas de conversa, com propostas de construção de demandas e estratégias de enfrentamento com as comunidades.

É importante ressaltar que os resultados desta pesquisa contribuem para o Programa TransVERgente por meio da apresentação sistematizada das demandas de reparação pelas comunidades que compõem este estudo. Pode, também, subsidiar a elaboração de projetos de pesquisa e extensão com a utilização de novas perspectivas no campo da saúde coletiva para lidar com a complexidade dos processos reparatórios nas comunidades afetadas pelas obras da transposição.

Dentre as dimensões apresentadas por Beristain (2009), a restituição torna-se uma das mais complexas, por tratar do retorno às condições originais antes da vulnerabilização. Por essa conjugação, é difícil o alcance dessa categoria, pois mesmo que seja restituído de forma material, a concepção do simbólico o atravessa, e em uma formação conjunta, é experienciada e exercida ao mesmo tempo. Nisso, Jurema e Mandacaru relatam a impossibilidade desse retorno às condições anteriores à transposição:

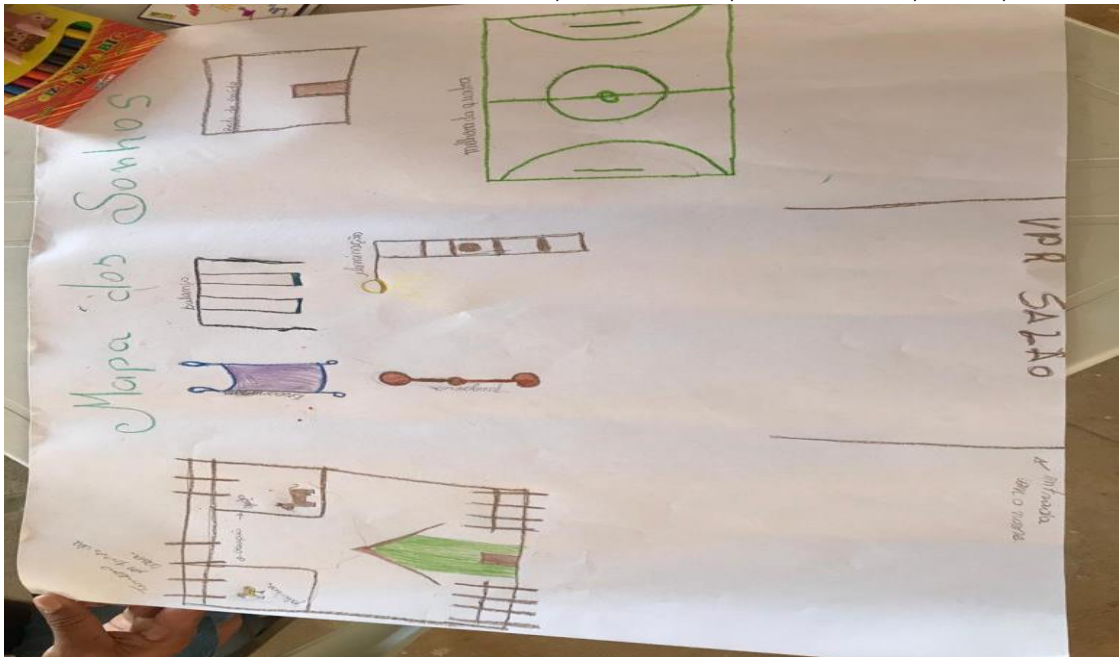
Rapaz, é certo que depois de um dano tão grande que eles causaram, ia amenizar, não é? Porque trazer, não trazia mais não. Depois de uma coisa perdida, pra recuperar, é complicado. (Jurema em entrevista).

Eles diziam: 'Vamos dar X e vamos pra Justiça se não quiser, e pronto.' É um reparo que não dá, né? Pra um pai de família, pra o homem que trabalha mesmo, significa nada. É aquilo que eu te falei no início: dinheiro não tem mais, e terra também não. [...] Olhe, pra os mais jovens, pode ser reparado com verba. Aqueles que foram pouco indenizados, mas os mais de idade, acho que nada mais vai reparar, nada mais vai substituir o que a gente tinha não. Nunca. (Mandacaru em entrevista).

Ainda na fala de Mandacaru, observamos que a reparação integral não foi alcançada conforme Beristain (2009), autor que a caracteriza em cinco dimensões: restituição, indenização, reabilitação, medidas de satisfação e garantias de não repetição, como já apresentado no início deste estudo. Além dessas dimensões, as autoras Forde, Kappler e Bjorkdahl (2021) citam a "reparação espacial", ou ainda, "reparação voltada para trás" apresentada por Mckeown (2021).

O mapa dos sonhos, conforme Soliz e Maldonado (2012), ilustrado na Fotografia 5, externalizou as necessidades mais urgentes a serem implementadas na Vila Produtiva Rural Salão. Ele pode ser usado como um instrumento na busca de reparação e justiça por essa população. Os próprios comunitários produziram o mapa como se vê nas Fotografias 5 e 6.

Fotografia 5 – Mapa dos sonhos produzido na oficina sobre reparação, realizada na comunidade Vila Produtiva Rural Salão, em Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Fotografia 6 – Oficina sobre reparação realizada na comunidade Vila Produtiva Rural de Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Entre as necessidades apontadas como prioridades, a reforma do portão da comunidade com a colocação do nome da vila (Salão); a irrigação do terreno com a colocação de cerca perto das casas para proteção do plantio da roça, de fruteiras e para criação de animais (cabras, bodes, galinhas, bois). Iluminação adequada nas vias públicas, espaços de lazer como uma praça com equipamentos para exercícios físicos, bem como reforma do campo de futebol; por último, mas não menos importante, uma clínica de atendimento em Psicologia com plantões semanais. O terreno irrigado reivindicado pela população foi prometido pela transposição no início do processo de desterritorialização das pessoas que moram na vila. As Fotografias 7, 8 e 9 referem-se a essas demandas.

Fotografia 7 – Portão de entrada da VPR, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Fotografia 8 – Área comum de convivência localizada em VPR, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Fotografia 9 – Espaço de uso coletivo onde se realizaram oficinas e ações comunitárias na VPR, Sertânia, Pernambuco, Brasil, 2021



Fonte: Arquivo do pesquisador, 2021.

Um fato que chama a atenção na produção do mapa dos sonhos é a reivindicação subdimensionada de reparação realizada pelos comunitários. Essa problemática pode estar relacionada com o sentimento de frustração pelas reparações realizadas de modo muito precário, como pudemos observar nas fotografias apresentadas, desenvolvendo contextos de violação de direitos humanos, evidenciados no estudo de Maldonado (2018). A reparação precisa ser entendida como um processo fundamentado na verdade e na justiça, caracterizando-se como uma ferramenta de recuperação de direitos perdidos e de saúde, e não como uma lista de itens a serem alcançados.

A questão do sofrimento mental foi bastante citada como um problema originado dos processos de desterritorialização conforme Haesbaert (2010), e nas mudanças provocadas pelas obras da transposição. O sofrimento mental não foi considerado para fins de reparação pelo projeto da transposição, mas permanece como demanda. As falas abaixo ilustram de modo claro:

Tem questão de moradia, questão financeira, questão de emprego, questão disso, questão daquilo. (Flor de Jitirana em oficina).

Mexeu muito com o psicológico da gente, principalmente o meu; mexeu mermo. Sempre tive uma autoestima, mas hoje em dia, de 100%, eu vou dizer que tenho uma autoestima de 50% de estar aqui...É a realidade, você corre para um canto, isso tudo abala a pessoa, corre atrás de serviço num canto, aí leva um não; isso aqui dentro da cidade, e quando aparece, só aparece fora da sua cidade. [...] depois que vim pra cá, não tá bom não, meu psicológico não tá bom. (Coroa de Frade em oficina).

Era pra ter atendimento psicológico [...] seria muito bom. (Cacto em oficina).

A questão psicológica; tem muita gente que não está com o psicológico muito bom. Tudo isso aí causou esses danos. (Coroa de Frade em oficina).

Compreender e buscar possibilidades de restabelecer os processos protetores da saúde, em todas as dimensões da reprodução social, é um desafio que impõe ao sujeito a constância das lutas por transformação e de formação de novos sentidos no novo contexto de vida. Para alguns comunitários, esses desafios significam recomeçar e/ou readaptar as estratégias de sobrevivência em um novo sistema, como podemos observar na fala de Flor de Jitirana:

Eu tive que sair de um lugar onde eu já estava acostumada, que eu tinha meus amigos, tinha minha vida lá, pra vir pra cá, foi difícil me adaptar, muita dificuldade de me adaptar aqui, conhecer gente nova, fazer tudo de novo. Também foi difícil pelo fato da distância, então eu me tranquei muito dentro de casa, não tinha muito o que fazer. Minha vida realmente era só ir pra escola, voltava, estudava, dormia ou então ia assistir a um filme, uma série e foi ficando nisso; e ver minhas irmãs também na mesma situação de não ter o que fazer. É bem complicado, bem difícil, eu fico pensando, elas vão acabar como eu, se não tiver uma coisa pra elas fazerem. (Flor de Jitirana em oficina).

Cumarú nos fala como tem sido viver sob a submissão de agentes públicos, os quais furtam a autonomia dos novos territórios. Costa e Diniz (2021), em seus estudos, corroboram esses achados e afirmam que esses territórios passam a ser tutelados, sob a égide do Estado, em que o ritmo das comunidades é ditado conforme as regras e as condições impostas pelo poder público; assim, perdem a autonomia que antes tinham. Para além da tutela nos territórios, foi lembrado pelos comunitários a insegurança quanto à propriedade da casa onde moravam e como isso afetava o modo de vida dessa população, por inviabilizar a plantação e a criação de animais por medo de serem novamente desterritorializados, como evidenciado nas falas de Cumaru e Cacto:

A gente vivia livre, desimpedido, sem ter nada na cabeça que mexesse com a gente. Se eu vou ali, botar fogo naquela cerca ali, ninguém vai chegar pra me criticar, nem roubar, essas coisas. O problema daqui é que a gente trabalha sim, mas é um trabalho em que a gente cria as coisas, cria com aquela cisma de futuramente não receber papel, documento e perder, entende? [...] Aqui é mais difícil, a gente não tem a liberdade de criar. (Cumarú em oficina).

O bom mesmo é você dizer assim: 'é meu. É seu', é você poder fazer o que você quiser. Aí sim, porque a gente pode fazer sem medo. A gente vai fazer um plantio, fazer uma coisa, aqui a gente fica com aquilo, né? Com...de uma hora pra outra, sei lá. Aquele trauma que acaba com as forças da gente querer crescer e ao mesmo tempo cair. (Cumarú em entrevista).

Quando chegou aqui na vila e nós vimos que é uma realidade muito diferente da que a gente vivia lá. Certo, aqui é nosso, quer dizer, entre aspas, né? Porque tem horas que a gente se sente como se não fosse, como se fosse só emprestado. (Cacto em entrevista).

É possível identificar o ressoar das afetações pelo medo como relatado por Cumaru: "Agora, meu sentimento é medo. Medo, porque enquanto você não tiver aquele sossego de que é sua uma coisa, é medo." (Cumarú em entrevista). O que

denota as transformações no modo de vida das pessoas e implicando processos de adoecimento e sofrimento mental, sustentado por uma reparação insuficiente que não acomoda os meios de produção e reprodução dos indivíduos, o que se evidencia nas verbalizações acima apresentadas.

A reparação efetuada nesse território tem como resultado o sentimento de condenação, como fica claro nas falas de moradores da Vila Produtiva Rural Salão, que se referem ao lugar onde estão como "aqui dentro", como se estivessem cercados e presos simbolicamente pelas amarras do Estado e vivenciando coisas que não aconteceria em seu lugar de origem. A desunião na comunidade é um desses efeitos como nos conta Coroa de Frade: "Para falar a verdade, muita desavença em termos de associação aí..., é muita coisa que acontece aqui dentro. O que a gente passa aqui hoje lá a gente não passava não." (Coroa de Frade em entrevista).

Em contraposição à dimensão da reparação integral que prevê a não repetição dos danos causados, assim como a que diz respeito às medidas de satisfação, a reparação realizada na Vila Produtiva Rural Salão tem gerado desesperança e muitas vezes sensação de abandono. No entanto, é possível também notar algumas falas que remetem ao processo de ressignificação e reordenação de si no lugar onde estão agora:

O medo maior hoje é que fique do jeito que está, sem ter um... a gente se acha numa situação de abandono, a gente não sabe até quando, se vai ser concluído ou se ali vai ficar daquele jeito. O meu medo é esse, que ali nunca tenha um amparo. (Facheiro em entrevista).

Eu quando cheguei foi péssimo, horrível [...] acostumada lá, não tinha a confiança que tinha lá, dormir de porta aberta, podia sair, criar bicho solto. Aqui não, aqui deu trabalho pra nós chegar até aqui. (Cumarú em oficina).

A fala a seguir é de uma pessoa que foi desterritorializada e reterritorializada em outro lugar, representando aqueles que foram obrigados a mudar e formar outros vínculos com a terra, implicando o abandono de práticas ancestrais e de sobrevivência, recaracterizando o ser no mundo das comunidades e suas tradições.

Lá no sítio da gente, era bom, porque aqui se faltar, como está hoje a carestia, lá no sítio, se tivesse morando lá no sítio, e faltasse um pedaço de carne, pra quem gosta de matar, pra quem tem pra comer também [...] se faltasse uma carne dentro de casa, ia pro mato, trazia um tue, que é o veado, trazia uma çariema. Não faltava uma mistura, matava uma galinha, um bode, aqui não,

se faltar isso aqui você não tem mais, não tem um bode pra comer, a não ser se comprar, uma galinha de capoeira... [...] hoje você nem pode criar uma galinha. (Coroa de Frade em oficina).

Os comunitários percebem as associações como estratégias de resistência, sendo essa mobilização coletiva, imprescindível na luta por reparação, tendo como principais fatores desencadeantes, segundo Beristain (2010), a consciência do impacto negativo na saúde e na vida das pessoas. As associações são creditadas como um dispositivo que tem força e representatividade nos espaços públicos para reivindicações de direitos e melhorias, como evidenciado na fala de Catingueira:

É muito importante aqui na Vila, todo ambiente tem que ter uma associação, principalmente aqui, uma Vila que já era para estar tudo organizadinho. Se tivesse essa associação, a gente não estava passando por essas dificuldades. (Catingueira em entrevista).

Como vimos em Beristain (2010), a consciência do impacto negativo na saúde e na vida das pessoas é uma consequência percebida pelos comunitários. Dentre as três comunidades pesquisadas, duas (Cipó e Hortifrutigranjeiro) já se encontravam com associação. A terceira comunidade com suporte do Projeto TransVERgente estava durante este estudo em processo de organização.

A reparação, por vezes, é reivindicada por meio do desejo da comunidade de continuidade da produção e reprodução social que existia antes dos danos causados, não tendo necessariamente relação pecuniária, mas uma reparação subsidiada por cumprimento das promessas feitas e elaboração de programas e políticas públicas efetivas, que deem sustentabilidade, autonomia e soberania às comunidades, conforme Mandacaru:

Depois, pode ser que daqui a 2 ou 3 anos, eu peça perdão pelo que eu tô dizendo hoje, mas até hoje..., eles só vão dar a alegria da gente se tiver água encanada na casa como eles prometeram, 5 km do eixo. (Mandacaru em entrevista).

As falas seguintes introduzem uma questão muito importante para as comunidades: a questão de moradia e habitat, relacionada com as pessoas que foram desterritorializadas e moram na Vila Produtiva Rural Salão. A narrativa de não

pertencimento ao lugar e à casa tornou-se algo bem marcante e levanta a discussão sobre o morar e o habitar.

Muita gente tem casa aqui, mas não é assim, morar é ter aquele amor, aquela terra não; muita gente ainda sofre um bocado. (Cumarú em oficina).

Aqui não tem oportunidade pra nada, aqui eu fico afastada, a gente não existe praticamente; você diz que mora aqui, as pessoas não sabem. Pra fazer curso à noite é muito perigoso, sair daqui à noite; ali é um escuro horrível. Então, eu queria ter a oportunidade de poder sair, fazer meus cursos, voltar a fazer meus cursos. Pra emprego também, se arrumar um emprego em que o horário vai até tarde, como é que a pessoa vem no escuro danado. (Flor de Jitirana em oficina).

Como elemento de discussão, sabemos que habitar é mais do que um lugar para abrigar-se. O habitar é repleto de significados e sentidos, é sentimento materializado. Ser retirado desse lugar é um processo sofrido, como vemos nas falas de Flor de Jitirana e Catingueira. Outras questões relacionadas com a segurança ainda se apresentam e devem ser observadas. Além do desafio de recomeçar e criar outros laços, existe a insatisfação com as medidas de reparação que foram tomadas e a inexistência das ações de reabilitação mediante a prestação de serviços de saúde física e mental. Essas questões estão bem ilustradas nestas falas:

Eu cheguei aqui, só fiz entrar e disse: eu quero ir embora! (Flor de Jitirana em oficina).

Porque era pra entregar de um jeito, mas não foi do jeito que eles falaram... demoraram demais pra entregar as coisas à gente, nossas casas ficaram muito tempo fechadas, aí se acabaram. Exigiram nós entrar nelas, cheio de espinhos, nós sofremos aqui dentro pra deixá-las limpas, cobra, nós sofremos, viu? (Catingueira em oficina).

Os vínculos rompidos precisam ser recompostos, mas em nenhuma das três comunidades, foram oferecidos suporte para um recomeço digno. A título de discussão, permitimo-nos a licença poética para dizer que o que observamos e constatamos é como o desentranhar de cactáceas, em que seu rizoma em suspensão busca firmar-se em outra terra e desenvolver novas raízes e novédios, sendo, para isso, necessário ter condições favoráveis. No entanto, a seiva inerente constituinte que nutre e faz eclodir a vida é interna e subsidia resistência à vida sertaneja.

Apesar de tanta dor e destruição, após mais de sete anos de Vila Produtiva Rural Salão, ouvem-se histórias de esperança e de ressignificação para um futuro melhor. Para a reparação, não há um tempo cronometrado, mas segue paralelo ao tempo do viver e suas transformações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como verificamos, os processos de implantação do projeto da transposição do rio São Francisco vulnerabilizaram as comunidades camponesas do município de Sertânia, PE, corroborando os estudos realizados em outras comunidades tradicionais também vulnerabilizadas pela transposição. A análise realizada revelou o modo violento como os processos sobre esses territórios ocorreram, reproduzindo os padrões observados em outros empreendimentos realizados no Brasil como vimos na extensa literatura citada. Os efeitos negativos desse processo retroagem sobre as vulnerabilizações históricas e as produzidas pelas obras, e a violência como foram implementadas.

Vimos que os processos de vulnerabilização afetaram todas as dimensões da reprodução social. Um empreendimento desse porte requer, desde seu projeto até sua execução, medidas protetoras dos territórios, resguardando a qualidade de vida e as expectativas reais de acesso aos bens comuns e o desejo de bem viver, o que não pode ser vivenciado pela população deste estudo, pois foram afetados diretamente no seu modo de vida em suas dimensões materiais e simbólicas.

Este estudo revelou o complexo processo danoso que se instaurou nas comunidades camponesas de Sertânia, que resistem e tentam reconstruir seu modo de vida. Por mais de quatorze anos do início das obras, a população ainda sofre com as injustiças ambientais sem as devidas compensações materiais, simbólicas e de saúde. As indenizações financeiras, campo onde se concentrou a maior parte das medidas de reparação, foram insuficientes e indignas. Na reparação material, também foram identificados agravos, como a entrega de casas danificadas, provocando mais tristeza e sofrimento.

O desamparo foi o sintoma mais referido entre os entrevistados e, observado de modo geral, na convivência com a comunidade no trabalho de campo. Ficou evidenciada a construção de um contexto de injustiça e de racismo ambiental, sendo necessário ações de reparação integral ao considerar as iniquidades e as desigualdades sociais que foram aprofundadas nesses territórios ao longo de quatorze anos.

O flagelo que avança nos territórios tutelados não permite mais ao camponês ser quem ele sempre foi, agora transformado em refém do medo e da insegurança. O medo, para essas comunidades, é um sentimento novo, que desestabiliza as relações de outrora, que era de convivência solidária. Agora, na Vila Produtiva Rural Salão de Sertânia, PE, todos têm medo de perder alguma coisa, mesmo tendo pouco. Esse fenômeno implica a partição, um processo de individualização e de desconfiança que aumenta o desamparo pela perda do pertencimento a um modo de vida que foi profundamente violado.

Para tanto, é fundamental que o conceito de reparação integral seja adotado na Saúde Coletiva, como um aspecto da promoção, proteção e do cuidado em saúde nos territórios onde se projetam intervenções de grandes empreendimentos. Vimos que a categoria da reprodução social contribuiu para a compreensão da determinação social da saúde no território estudado, permitindo evidenciar melhor os processos de vulnerabilização ocorridos.

A interação das diversas dimensões da reprodução social pôde ser evidenciada por meio da observação daquelas relacionadas com a autoconsciência e a conduta, uma vez que diz respeito aos aspectos culturais, incluindo os modos de vida tradicionais, que funcionaram no início como fragilidades da coesão social para fazer frente à instauração do empreendimento. No entanto, sem reação organizada da sociedade, mas que, por outro lado, foi a raiz da resiliência que observamos na busca de reconstrução de seu modo de vida. Observou-se que algumas dessas determinações implicaram diretamente a reprodução econômica e por elas foram afetadas; todas incidiram na reprodução biocomunal, em que as expressões da saúde física e mental foram afetadas, conforme vimos no Quadro 5 apresentado.

A Reprodução Social traduzida em uma matriz de variáveis consideradas em diversos níveis hierárquicos de observação – o individual, familiar, comunitário, municipal e o nacional – permite identificar e orientar ações de reparação integral. Por ser um estudo de caso, faz-se necessário que outros estudos aprofundem o tema da reparação em contextos diversos em uma perspectiva complexa da determinação social da saúde.

As limitações deste trabalho quanto ao aspecto de seu desenho como “estudo de caso”, em que foi possível captar com profundidade as singularidades das

comunidades estudadas, está na não representatividade do todo ocorrido na região do Semiárido. No entanto, pode contribuir localmente para auxiliar essa população a estabelecer o caminho de uma reparação integral. Outra limitação a ser declarada é o estudo ter sido realizado em plena pandemia da covid-19, que nos impôs maior cuidado com o contato e um período menor de convivência com as comunidades, podendo ter obscurecido outras situações-problemas.

Por fim, este trabalho contribuiu para minha formação de pesquisador, especialmente por ter sido um estudo de caso e ter vivenciado o trabalho de campo. Desejo que a inspiração oriunda do território e a inquietude de meu espírito, guiem meus próximos passos na busca por caminhos outros, que venham contribuir com a renovação das ideias, sempre orientadas pelo pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. *et al.* (org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250982734_Ambientizacao_das_lutas_sociais_-_O_caso_do_movimento_por_justica_ambiental. Acesso em: 24 fev. 2021.
- ALMEIDA FILHO, N. Modelagem da pandemia covid-19 como objeto complexo: notas samajianas. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 97-118, ago. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200097&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 24 fev. 2021.
- AYRES, J. R. C. M. Saúde e emancipação no século XXI: reificação e vulnerabilidade no contexto das cibertecnologias. Debates: Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 983-987, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/zgmDQKVWwHDzy5NkHGCwsRn/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2020.
- BARACHO, L. M. S. Feridas da transposição do São Francisco: um olhar sobre comunidades quilombolas no Semiárido Pernambucano. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.
- BARATA, R. B. Epidemiologia social. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 7-17, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/GB9g3ysktW8D4M5b3FVkhPs/?format=pdf&lang=pt..> Acesso em: 24 fev. 2021.
- BERISTAIN, C. M. Diálogos sobre la reparación: que reparar en los casos de violaciones de derechos humanos. Quito: V & M gráficas, 2009. 12 p. Serie Justicia y derechos humanos. Neoconstitucionalismo y sociedad. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. ISBN: 978-9978-92-738-0.
- BERISTAIN, C. M. El derecho a la reparación en los conflictos socioambientales: experiencias, aprendizajes y desafíos prácticos. Bilbao: Hegoa, 2010. 322 p. ISBN: 978-84-89916-39-5 .
- BEZERRA, V. C. R. Injustiça ambiental e saúde: a perspectiva dos agricultores familiares afetados pela transposição do rio São Francisco. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

- BRANDÃO, C.R. A comunidade tradicional. *In*: Costa, J. B. A.; Luz, C. (org.). Cerrados, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões Roseanos. Montes Claros: Intermeios, 2010. p. 347-361. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Relatório de impacto ambiental (RIMA): Projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2004. 136 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 1.565 de 18 de junho de 2020. Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro. Diário Oficial da União, edição 116, seção 1, Brasília, DF, p. 64, 19 jun. 2020. Seção 1:1. [citado em 2020 Jun 27]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.565-de-18-de-junho-de-2020-262408151>. Acesso em: 17 maio 2021.
- BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública: salud colectiva. Revista Facultad Nacional de Salud Pública, Medellín, v. 31, supl. 1, p.13-27, dec. 2013.
- BREILH, J. Epidemiología crítica latinoamericana: raíces, desarrollos recientes y ruptura metodológica. *In*: MORALES, C; ESLAVA, J. C. (org.) Tras las huellas de la determinación: memorias del Seminario Interuniversitario de Determinación Social de la Salud. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014. 77 p.
- BULLARD, R. D. Unequal protection: environmental justice and communities of color. San Francisco: Sierra Book Club, 1994. 392 p.
- BULLARD, R. D. Confronting environmental racism in the twenty-first century. Global Dialogue, v. 4, n. 11, winter. 2002. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/639d07e04d3cbf5beab4a8cbcbf3c406/1?pq-origsite=gscholar&cbl=55193>. Acesso em: 26 jun. 2020..
- BULLARD, R. D. *et al.* Vivendo na linha de frente da luta ambiental: lições das comunidades mais vulneráveis dos Estados Unidos. Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 3, n. 3, 2013.
- CALDAR, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados [online], v. 15, n. 43, 2001., pp. 207-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- CARNEIRO, M. C. Considerations on the idea of time in St. Augustine, Hume and Kant. Interface: Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 221-232, mar./ago. 2004.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010.

COSTA, A. M.; DINIZ, P. C. O. Territórios tutelados e processos de vulnerabilização: história social da transposição. *In*: SANTOS, S. E. B. *et al.* TransVERgente: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. 176 p.

COSTA, M.G. Ecologia da vegetação de caatingas em diferentes substratos, Bahia, Brasil. 2014. 199 p. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

CUNHA, M. C. Cultura com aspas. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

DOMINGUES, R. C. A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco: o desterro na vila produtiva rural baixio dos grandes (junco). 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

EQUADOR. Asamblea Constituyente. (2008). Constitucion de la Republica del Ecuador. 20 oct. 2008. Quito. Disponible en: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6716.pdf>.

FORDE, S.; KAPPLER, S.; BJORKDAHL, A. Peacebuilding, structural violence and spatial reparations in post-colonial South Africa. Journal of Intervention and Statebuilding, v. 15, . 3, p. 327-346, 2021.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 4, p. 79-108.

GONÇALVES, G. M. S. A territorialidade Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde em Floresta/PE. 2019. 165 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2019.

GONÇALVES, G. M.S. *et al.* A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 909-921, 2018.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 396 p.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. GEOgrafia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 4, n. 7, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sertânia. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sertania/panorama>. Acesso em: 21 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa do semiárido brasileiro. 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiario.shtm> Acesso em: 21 fev.. 2022.

MCKEOWN, M. Backward-looking reparations and structural injustice. Contemporary Political Theory, v. 20, n. 4, p. 771-794 1-24, 2021.

MALDONADO, A. Una propuesta de reparación socio-ecosistémica a los impactos del metabolismo de la actividad petrolera para la Amazonía ecuatoriana. 2018. 482 f. Tesis (Doctorado en Salud Colectiva, Ambiente y Sociedad) – Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador. Quito, 2018. Área de Salud.

MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. Biblioteca Escolar em Revista, n. 5, p. 170-185, 2006.

MARTINEZ, P. H. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. Revista Brasileira de História, v. 22, n. 43, p. 251-254, 2002.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *In*: MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261-298.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 1, p. 9- 29.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 120 p.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 6-7, p. 259-265, 1982.

OLIVEIRA, I. F. Semiárido baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento. São Paulo: Baraúna, 2015. 457 p.

PACHECO, T; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. *In*: PORTO, M. F; PACHECO, T; LEROY, J. P. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 73-114. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/468vp/pdf/porto-9788575415764-04.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 93, p 31-58, jun. 2011.

PORTO, M. F. S.; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 503-512, 2007.

PORTO, M. F. S; ROCHA, D. F; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/razionalidad. Perú indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5698653/mod_resource/content/2/quijano.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

RIGOTTO, R. M *et al.* Desvelando as tramas entre saúde, trabalho e ambiente nos conflitos ambientais: aportes epistemológicos, teóricos e metodológicos. *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, . C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (org.). Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 163-217.

SAMAJA, J. A reprodução social e a saúde: elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das “relações” entre saúde e condições de vida. Tradução de Denise Coutinho. Salvador: Casa da Qualidade, 2000. 98 p.

SAMAJA, J. Epistemología de la salud: reproducción social, subjetividad y transdisciplina. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2009. 248 p.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos Cebrap, São Paulo , n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (org.). Epistemologias do sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, v. 1, n. 1, p. 7-13, jun. 1999.

SCHISTEK, H. O desconhecimento da Caatinga e o mito da seca. IHU on-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 500, 13 mar. 2017. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6755-o-desconhecimento-da-caatinga-e-o-mito-da-seca>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SCHOMMER, P. Relatório de visita de campo: Projeto Pingo d'Água – Quixeramobim, Ceará. *In*: BARBOZA, H. B.; SPINK, P. (org.). 20 experiências de gestão pública e cidadania. São Paulo: Escola de Administração de Empresas, 2001. p. 69-85.

SOLIZ, F; MALDONADO, A. Guía de metodologías comunitarias participativas. 5 ed. Quito: Clínica Ambiental, 2012. 54 p. ISBN: 978-994211084-8.

TABARELLI, M. *et al.* Caatinga: legado, trajetória e desafio rumo à sustentabilidade. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 25-29, out./dez 2018. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2021.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. Twenty-ninth session Geneva, 11-29 Nov. 2002. Substantive issues arising in the implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights: the right to water. Geneva, 2003. Disponible en: https://www2.ohchr.org/english/issues/water/docs/CESCR_GC_15.pdf. Access en: 19 may 2021.

VICTORA, C. G. Mulher, sexualidade e reprodução: representação do corpo em uma vila de classes populares em Porto Alegre. 1991. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109238>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. N. A. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136 p. ISBN: 85-86225-16-9.

VILLA, J. D; DÍAZ, D. L; MACHADO, D. B. Reparación a las víctimas de dictaduras, conflictos armados y violencia política en sus componentes de compensación, satisfacción, rehabilitación y no repetición. El Ágora USB, v. 15, n. 1, p. 217-240, 2015. Available from: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-80312015000100012&lng=en&nrm=iso. Access en: 25 dic. 2021.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

YIN, R. K. Métodos de pesquisa: pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução de Manuel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016. 313 p.

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

Apresentação do entrevistador.

Nome / apelido:

Idade:

Profissão / ocupação:

Tempo de dedicação:

Lugar onde mora:

- 1) Há quanto tempo reside neste local?
- 2) Qual a sua relação com a terra e a posse da terra?
- 3) Como era sua rotina diária de vida antes da transposição?
- 4) O que mudou com a transposição?
- 5) Quais foram as perdas e os ganhos advindos da construção da transposição?
- 6) Como se caracteriza essas perdas?
- 7) Quanto às perdas, obteve reparação? Se sim, o que achou?
- 8) Quanto à destruição de vegetação, reservatórios de água e terras férteis, houve algum tipo de restituição?
- 9) Soube se alguém adoeceu em decorrência do processo de implantação das obras da transposição? (DCNT, problemas psicológicos e/ou respiratórios...)
- 10) Quais os meios de sustento/trabalho antes e depois da transposição?
- 11) Depois de mais de 10 anos das obras da transposição, como você avalia os resultados desse projeto?
- 12) Como avalia os processos de reparação (se esses existiram) no território?

Este documento foi uma adaptação do instrumento da coleta de dissertação de Bezerra, Rocha Carmem Virginia, 2016.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – OFICINAS

Título do projeto: Processos de vulnerabilização camponesa na transposição do rio São Francisco e ações de reparação no Semiárido, Sertânia, PE

Pesquisador responsável: José Erivaldo Gonçalves

Instituição Proponente: NESCIAM/FIOCRUZ

Prezado(a) Sr.(a),

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) desta pesquisa que faz parte de um projeto de pesquisa maior em andamento: **“Estudo ecossistêmico do acesso à água, dos conflitos socioambientais e da reparação na área de abrangência da transposição do rio São Francisco, Chamada CNPq/Instituto Aggeu Magalhães-FIOCRUZ Nº 39/2018.** Coordenado pelo professor Dr. André Monteiro Costa.

Se decidir participar desta pesquisa, por favor leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o Sr.(a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Este projeto tem como objetivo **analisar os processos de vulnerabilização (que podem ser entendidos como processos que afetam o sujeito, a sua vida e sua saúde) e ações de reparação desenvolvidas nas comunidades camponesas atingidas diretamente pela transposição do rio São Francisco em Sertânia, Pernambuco (que de maneira breve diz respeito à análise de ações de restituição de perdas materiais, imateriais e simbólicas e seus resultados decorrentes dessas ações).** Vários estudos afirmam que é no território que se encontra parte das informações mais ricas e significativas para os processos de mudanças. Essa pesquisa poderá contribuir no processo de organização **das vulnerabilizações ocorridas** e em curso na população camponesa do município de Sertânia atingida diretamente pela transposição do rio São Francisco. **Fortalecendo articulações políticas da comunidade ampliando a força** e inserção nas diversas ações e atividades propostas pelo projeto da transposição. A pesquisa ainda poderá contribuir para a construção **de ações de reparação comunitária ou análise dos resultados das ações de reparação, que é a análise dos resultados decorrentes da restituição de perdas materiais, imateriais e simbólicas,** nas suas mais diversas dimensões. Além de produzir conhecimento científico para o sistema de saúde de Pernambuco. **A vulnerabilização diz respeito às perdas materiais, simbólicas entre outras, representadas pelas terras cultiváveis, lugares tradicionais de acesso a água etc, promovendo também situações de doenças e agravos à saúde.**

Considerando o contexto de Pandemia de covid 19 e as recomendações do Ministério da Saúde sobre a importância do isolamento social através da Portaria n 1.565 de 18 de junho de 2020 (BRASIL, 2020), poderá ser aplicado no estudo a modalidade de oficina virtual.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, de maneira voluntária, na forma de oficina presencial e/ou virtual. **Mas, caso venha a ter alguma despesa pela sua participação nessa pesquisa, o Sr.(a) será ressarcido (a) em valor igual por vias legais,**

caso seja comprovado a despesa decorrente da pesquisa. Em situações de danos devido à sua participação na pesquisa, é garantido também o direito de indenização caso seja comprovado o dano, sendo garantida a indenização por vias legais.

Você está sendo convidado(a) por ser integrante de comunidade camponesa atingida diretamente pelas obras da transposição do rio São Francisco. Sua participação não é obrigatória, bem como a sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição que está realizando a pesquisa, bem como com as instituições colaboradoras. **A qualquer momento da pesquisa o senhor pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. A partir deste momento também os possíveis dados já coletados serão removidos da pesquisa.**

As oficinas presenciais e/ou virtuais terão duração de no máximo 01 hora, com o objetivo de conhecer as percepções das pessoas sobre o assunto pesquisado, no local mais adequado para o sujeito. As oficinas serão realizadas nas comunidades diretamente afetadas pelas obras da transposição no município de Sertânia. Conforme cronograma deverão ser iniciadas no **segundo semestre de 2021**. Os tópicos abordados nas oficinas serão sobre as seguintes questões: percepção sobre os aspectos gerais dos processos de vulnerabilização, injustiça ambiental e reparação no território; aspectos gerais sobre o modo de vida camponês, destacando as questões sócio históricas, simbólicas e culturais.

As oficinas virtuais/presenciais serão gravadas e depois serão ouvidas e escritas. A tecnologia utilizada para realização das oficinas virtuais poderá ser o Google Meet, zoom ou ainda videochamada pelo whatsapp. Os participantes poderão em decisão coletiva participar da forma que achar melhor. Participantes que por ventura não dispuserem de condições de acesso a esses recursos em suas residências, será utilizado do apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia (STR/Sertânia) **onde terão a disponibilidade de equipamentos sob a responsabilidade do pesquisador em articular com o referido sindicato tal disponibilidade, que também se disponibilizará a articula-se para providenciar transporte para o deslocamento dos mesmos.**

Os riscos relacionados com sua participação seriam prejuízos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, garantimos que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser divulgadas/publicadas em revistas, congressos, seminários e outras atividades que envolvam debates sobre o tema saúde e ambiente ficando, no entanto, resguardada a sua identidade/participação. Ressaltamos que a devolutiva do estudo, para a comunidade, será realizada assim que ocorrer a conclusão e a defesa do mesmo.

Os benefícios resultantes da pesquisa para **a comunidade camponesa** são no sentido de contribuir para ampliar o conhecimento e percepção de aspectos relacionados à saúde e ambiente e os processos de vulnerabilização, na divulgação dos problemas enfrentados, e na articulação com o Sistema Único de Saúde, movimentos sociais, instituições de ensino pesquisa, Ministério Público e Ministério da Integração Nacional para construção ou realinhamento de ações de reparação e políticas reparadoras dos danos, ou seja, tentar de alguma forma amenizar os processos destrutivos operacionalizados pelas obras **das** transposição de maneira justa.

O presente documento consta de duas vias, as quais ambas deverão ser assinadas, e rubricadas em todas as páginas. A primeira via ficará com o pesquisador e a segunda com o participante.

Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deste Centro de Pesquisas, localizado na Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus da UFPE

- Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50.670-420, através do telefone (81) 2101-2639 ou pelo e-mail: cep.iam@fiocruz.br. O horário de funcionamento é das 8h – 13h O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Qualquer esclarecimento adicional que necessite poderá entrar em contato com José Erivaldo Gonçalves, pelo endereço: Departamento de Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Av. Profº Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária; telefone celular: (81) 995003070, ou pelo telefone fixo (81) 2123-7824 e-mail: goncalves.erij@gmail.com

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente esclarecido dos objetivos, riscos e benefícios de minha participação na referida pesquisa, **bem como do direito de desistir da participação a qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa**, e declaro minha concordância em participar. Autorizo, ainda, a publicação dos dados da pesquisa, que me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos benefícios e formalizo minha participação por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pelo pesquisador.

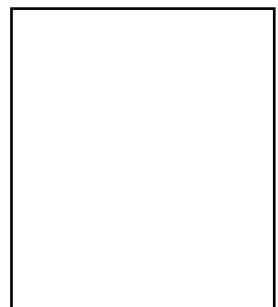
Nome do pesquisador _____

Assinatura do pesquisador _____

Nome do participante _____

Assinatura do participante _____

Impressão digital



Local: _____ Data ___/___/___

Ainda em caso de dúvidas ou questionamentos contatar o coordenador da pesquisa: André Monteiro Tel. (81) 2101-2612, e-mail: andre.monteiro@fiocruz.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA

Título do projeto: Processos de vulnerabilização camponesa na transposição do rio São Francisco e ações de reparação no Semiárido, Sertânia, PE

Pesquisador responsável: José Erivaldo Gonçalves

Instituição Proponente: NESC/IAM/FIOCRUZ

Prezado(a) Sr.(a),

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) desta pesquisa que faz parte de um projeto de pesquisa maior em andamento: **“Estudo ecossistêmico do acesso à água, dos conflitos socioambientais e da reparação na área de abrangência da transposição do rio São Francisco, Chamada CNPq/Instituto Aggeu Magalhães-FIOCRUZ Nº 39/2018.** Coordenado pelo professor Dr. André Monteiro Costa.

Se decidir participar desta pesquisa, por favor leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o Sr.(a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Este projeto tem como objetivo **analisar os processos de vulnerabilização (que podem ser entendidos como processos que afetam o sujeito, a sua vida e sua saúde) e ações de reparação desenvolvidas nas comunidades camponesas atingidas diretamente pela transposição do rio São Francisco em Sertânia, Pernambuco (que de maneira breve diz respeito à análise de ações de restituição de perdas materiais, imateriais e simbólicas e seus resultados decorrentes dessas ações).** Vários estudos afirmam que é no território que se encontra parte das informações mais ricas e significativas para os processos de mudanças. Essa pesquisa poderá contribuir no processo de organização **das vulnerabilizações ocorridas** e em curso na população camponesa do município de Sertânia atingida diretamente pela transposição do rio São Francisco. **Fortalecendo articulações políticas da comunidade ampliando a força** e inserção nas diversas ações e atividades propostas pelo projeto da transposição. A pesquisa ainda poderá contribuir para a construção **de ações de reparação comunitária ou análise dos resultados das ações de reparação, que é a análise dos resultados decorrentes da restituição de perdas materiais, imateriais e simbólicas,** nas suas mais diversas dimensões. Além de produzir conhecimento científico para o sistema de saúde de Pernambuco. **A vulnerabilização diz respeito às perdas materiais, simbólicas entre outras, representadas pelas terras cultiváveis, lugares tradicionais de acesso a água etc, promovendo também situações de doenças e agravos à saúde.**

Considerando o contexto de Pandemia de covid 19 e as recomendações do Ministério da Saúde sobre a importância do isolamento social através da **Portaria** n 1.565 de 18 de junho de 2020 (BRASIL, 2020), poderá ser aplicado no estudo a modalidade de entrevista virtual. O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, de maneira voluntária na forma de oficina presencial e/ou virtual. **Mas, caso venha a ter alguma despesa pela sua participação nessa pesquisa, o Sr.(a) será ressarcido (a) em valor igual por vias legais,**

caso seja comprovado a despesa decorrente da pesquisa. Em situações de danos devido à sua participação na pesquisa, é garantido também o direito de indenização caso seja comprovado o dano, sendo garantida a indenização por vias legais.

Você está sendo convidado(a) por ser integrante de comunidade camponesa atingida diretamente pelas obras da transposição do rio São Francisco. Sua participação não é obrigatória, bem como a sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição que está realizando a pesquisa, bem como com as instituições colaboradoras. **A qualquer momento da pesquisa o senhor pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. A partir deste momento também os possíveis dados já coletados serão removidos da pesquisa.**

Serão feitas entrevistas presenciais e/ou virtuais com (duração de no máximo 01 hora) o objetivo de conhecer as percepções das pessoas sobre o assunto pesquisado, no local mais adequado para o sujeito. **As entrevistas serão realizadas nas comunidades diretamente afetadas pelas obras da transposição no município de Sertânia, em número suficiente até conseguir saturação das respostas.** Conforme cronograma deverão ser iniciadas no **segundo semestre de 2021**. Os tópicos abordados nas entrevistas serão sobre as seguintes questões: percepção sobre os aspectos gerais dos processos de vulnerabilização, injustiça ambiental e reparação no território; aspectos gerais sobre o modo de vida camponês, destacando as questões sócio históricas, simbólicas e culturais.

As entrevistas virtuais/presenciais serão gravadas e depois serão ouvidas e **transcritas**. A tecnologia utilizada para realização das entrevistas virtuais poderá ser o Google Meet, zoom ou ainda videochamada pelo whatsapp. Os participantes poderão participar da forma que achar melhor. Participantes que por ventura não dispuserem de condições de acesso a esses recursos em suas residências, será utilizado do apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia (STR/Sertânia) **onde terão a disponibilidade de equipamentos sob a responsabilidade do pesquisador em articular com o referido sindicato tal disponibilidade, que também se disponibilizará a articula-se para providenciar transporte para o deslocamento dos mesmos.**

Os riscos relacionados com sua participação seriam prejuízos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, garantimos que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser divulgadas/publicadas em revistas, congressos, seminários e outras atividades que envolvam debates sobre o tema saúde e ambiente ficando, no entanto, resguardada a sua identidade/participação. Ressaltamos que a devolutiva do estudo, para a comunidade, será realizada assim que ocorrer a conclusão e a defesa do mesmo.

Os benefícios resultantes da pesquisa para **a comunidade camponesa** são no sentido de contribuir para ampliar o conhecimento e percepção de aspectos relacionados à saúde e ambiente e os processos de vulnerabilização, na divulgação dos problemas enfrentados, e na articulação com o Sistema Único de Saúde, movimentos sociais, instituições de ensino pesquisa, Ministério Público e Ministério da Integração Nacional para construção ou realinhamento de ações de reparação e políticas reparadoras dos danos, ou seja, tentar de alguma forma amenizar os processos destrutivos operacionalizados pelas obras da transposição de maneira justa.

O presente documento consta de duas vias, as quais ambas deverão ser assinadas, e rubricadas em todas as páginas. A primeira via ficará com o pesquisador e a segunda com o participante.

Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

deste Centro de Pesquisas, localizado na Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus da UFPE - Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50.670-420, através do telefone (81) 2101-2639 ou pelo e-mail: cep.iam@fiocruz.br. O horário de funcionamento é das 8 – 13h. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Qualquer esclarecimento adicional que necessite poderá entrar em contato com José Erivaldo Gonçalves, pelo endereço: Departamento de Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Av. Profº Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária; telefone celular: (81) 995003070, ou pelo telefone fixo (81) 2123-7824 e-mail: goncalves.erij@gmail.com

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente esclarecido dos objetivos, riscos e benefícios de minha participação na referida pesquisa, **bem como do direito de desistir da participação a qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa**, e declaro minha concordância em participar. Autorizo, ainda, a publicação dos dados da pesquisa, que me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos benefícios e formalizo minha participação por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pelo pesquisador.

Nome do pesquisador _____

Assinatura do pesquisador

Nome do participante

Assinatura do participante

Local: _____ Data ___/___/___

Ainda em caso de dúvidas ou questionamentos, contatar o coordenador da pesquisa: André Monteiro Tel. (81) 2101-2612, e-mail: andre.monteiro@fiocruz.br



Impressão digital

APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA DE USO DE IMAGEM

Eu,

(nome) _____

_____, (nacionalidade) _____, (estado civil)

_____, (profissão) _____, portador(a) da

cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF de

nº _____, residente à

Rua: _____, nº _____, na cidade de

_____, CEP _____, **AUTORIZO** o uso de minha

imagem e voz em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meio de comunicação, a serem utilizadas pela Universidade de Pernambuco com sede na Avenida Governador Agamenon Magalhães s/n, Recife – Pernambuco com CNPJ de nº: 11.022.597/001-91.

Permito que sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso interno desta instituição desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade. A presente autorização é concedida à título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionados em todo o território nacional e no exterior, em todas as modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) outdoor; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home-page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito se que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____ de _____, de 20 _____

Nome do(a) concedente ou responsável legal

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos de vulnerabilização camponesa na transposição do rio São Francisco e ações de reparação no Semiárido, Sertânia, PE

Pesquisador: Jose Erivaldo Gonçalves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 47220221.5.0000.5190

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.951.914

Apresentação do Projeto:

Este parecer refere-se à análise de respostas às pendências de parecer consubstanciado nº 4.886.251 de 05/08/2021.

As informações dos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1758451 do dia 16/08/2021, preenchido pelo pesquisador responsável.

Trata-se de um projeto de mestrado acadêmico em Saúde Pública do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do IAM.

Resumo:

Introdução: Seguindo a ideologia desenvolvimentista a implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), objetivou a inclusão social dessa população por meio da oferta do acesso à água, o que não aconteceu ao longo de mais de 10 anos do início das obras. Revelando-se situações complexas de vulnerabilização das comunidades ao longo da sua construção.

Objetivo: Analisar os processos de vulnerabilização e ações de reparação desenvolvidas nas

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** cep.iam@fiocruz.br



Continuação do Parecer: 4.951.914

comunidades camponesas atingidas diretamente pela transposição do rio São Francisco em Sertânia, Pernambuco.

Método: Trata-se de um estudo de caso analítico descritivo com abordagem qualitativa e aplicação de entrevistas semi-estruturadas, oficina e análise documental. O enfoque teórico-metodológico será a Matriz da Reprodução Social (SAMAJA, 2000).

Hipótese:

Tem-se que essas comunidades foram alvo de diversos processos de vulnerabilização pela implantação da transposição do rio São Francisco, a partir de perspectivas materiais, simbólicas, políticas, econômicas e ecológicas. É que os processos de reparação comunitária direcionados às perdas em todas as suas dimensões foram ineficientes, insuficientes ou ausentes, e aplicadas de maneira unilateral sem a participação da comunidade.

Metodologia Proposta:

Trata-se de um estudo de caso analítico descritivo com abordagem qualitativa e aplicação de entrevistas semi-estruturadas, oficina e análise documental.

Dados primários

A coleta de dados primários será por meio de entrevistas, oficinas e análise documental, que subsidiaram a compreensão e análise dos processos de vulnerabilização da população camponesa atingida diretamente pela transposição do rio São Francisco e a implementação das ações de reparação no território.

Entrevistas

As entrevistas deverão agir de forma a dar subsídios para compreensão no que diz respeito às perdas materiais, simbólicas e agravos à saúde e doenças, ou seja, os processos de vulnerabilização da população camponesa no entorno dos canais e rios receptores das águas transpostas da transposição, assim como as ações de reparação desenvolvidas no território. As entrevistas são realizadas "por iniciativa do entrevistador e tem como objetivo construir informações que desenvolva subsídios para um objeto de pesquisa" (MINAYO, 2010, p. 261). Neste estudo, a entrevista será semiestruturada, espontânea e com perguntas abertas e focadas, onde o entrevistado terá a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2010; YIN, 2016). As entrevistas serão realizadas com camponeses, lideranças comunitárias e de movimentos sociais e membros do Sindicato de

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** cep.iam@fiocruz.br



Continuação do Parecer: 4.951.914

Trabalhadores Rurais de Sertânia, e seguiram a estratégia de coleta de dados das entrevistas à saturação das falas dos sujeitos. Será usado um roteiro semiestruturado para as perguntas das entrevistas baseado nas temáticas do referencial teórico (ANEXO 1).

Oficinas

As oficinas subsidiarão as análises através de reflexões de temas que sejam pertinentes à temática da reparação. Será inicialmente em um total de uma oficina onde estarão presentes pessoas de todas as comunidades afetadas, camponeses, representantes e terá como objetivo discutir a percepção da vulnerabilização da transposição e a relação com os processos de reparação desenvolvidos nas comunidades. As oficinas seguiram metodologia participativa, objetivando uma construção coletiva, onde os saberes do mundo sejam respeitados e na medida do possível aconteça uma articulação com o planejamento de propostas e execução de atividades (SOLIZ; MALDONADO, 2006).

As oficinas serão realizadas com camponeses, lideranças comunitárias, movimentos sociais das comunidades camponesas afetadas diretamente pelas obras da transposição em Sertânia e membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais. A metodologia que será utilizada para as oficinas seguirá como supracitado uma perspectiva participativa e se desenvolverá na técnica de "mapa de sonhos" essa é uma técnica que permite muitas vezes a caracterização de direitos não cumpridos, e nasce do contexto de iniquidade ou vulnerabilização da comunidade, moldando desejos dos sujeitos que podem estar relacionados aos sentimentos quanto a reparação que foram feitas ou não no território (MALDONADO, 2012, p. 19). Tanto as entrevistas quanto as oficinas serão realizadas com lideranças comunitárias, movimentos sociais e camponeses. Todas as entrevistas e oficinas serão gravadas e transcritas. Será apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada participante.

Análise Documental

Para implementar as entrevistas e oficinas, este estudo utilizará o recurso da análise documental, tal procedimento tem como objetivo tornar os dados mais acessíveis e compreensíveis, reorganizando-os em categorias facilitando a aproximação do conteúdo com o contexto. Nesta pesquisa essa análise desenvolverá a função de trazer subsídios para os processos de reparação comunitária desenvolvidos nas comunidades atingidas. Este tipo de estudo precisa levar em consideração principalmente três pontos: a escolha dos documentos a serem analisados (em função do objeto, objetivos e pressupostos); a possibilidade de acesso e o tratamento analítico a esses documentos (TOBAR; YALOUR, 2001).

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** cep.iam@fiocruz.br



Continuação do Parecer: 4.951.914

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Analisar os processos de vulnerabilização e ações de reparação desenvolvidas nas comunidades camponesas atingidas diretamente pela transposição do rio São Francisco em Sertânia de Pernambuco.

Objetivos secundários:

- Identificar as perdas materiais, simbólicas e agravos à saúde e doenças nas comunidades atingidas diretamente pelo eixo leste da transposição do São Francisco.
- Analisar os processos de reparação comunitária desenvolvidos nas comunidades atingidas.
- Analisar a percepção da vulnerabilização da transposição e a relação com os processos de reparação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos relacionados à participação dos sujeitos na pesquisa podem ter constrangimentos perante pessoas e instituições, caso dados sobre sua identidade venham a público. No entanto, será garantido que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser utilizadas em eventos científicos, como congressos, seminários e outras atividades científicas, no entanto, estando resguardada a identidade de cada sujeito envolvido.

Benefícios:

Os benefícios relacionados com a participação dos membros da comunidade são no sentido de contribuir para o conhecimento e percepção dos aspectos relacionados à saúde e ambiente, na divulgação dos problemas enfrentados pelas comunidades, e na articulação com o Sistema Único de Saúde, movimentos sociais, instituições de ensino pesquisa, Ministério Público e Ministério da Integração Nacional para construção de ações e políticas para o bem maior da comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo pretende caracterizar as perdas em suas dimensões das comunidades afetadas diretamente pelas obras da transposição do São Francisco e possibilidades de criar estratégias de reparação para o território afetado.

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.670-420
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2101-2639 Fax: (81)2101-2639 E-mail: cep.iam@fiocruz.br



Continuação do Parecer: 4.951.914

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sem pendências.

Recomendações:

Entregas de relatórios parciais e final devem ser feitas via notificação. Os relatórios parciais devem ser apresentados, pelo menos, semestralmente. Qualquer alteração no protocolo no decorrer da pesquisa, como também mudança de equipe, devem ser informados via emenda. Todas as ações deve ser realizadas via Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências mencionadas no parecer consubstanciado nº 4.886.251 de 05/08/2021 foram atendidas.

Conclusão: O Comitê avaliou e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas sociais envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016 e complementares.

O projeto está aprovado para ser realizado em sua última formatação apresentada ao CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Vale ressaltar que, em relação ao protocolo de pesquisa, é previsto na Resolução 466/2012 no item XI - DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL, que o pesquisador deve apresentar ao CEP relatórios parciais e finais (subitem: d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final). Pede-se que o pesquisador entregue os relatórios como previsto no texto da resolução. Informamos que a entrega dos relatórios parciais precisam ser feitas a cada semestre, conforme cronograma de execução da pesquisa, via Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1758451.pdf	16/08/2021 22:05:21		Aceito
Outros	carta_resposta_pdf.pdf	16/08/2021 18:04:22	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pdf.pdf	16/08/2021 18:02:55	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** cep.iam@fiocruz.br



INSTITUTO AGGEU
MAGALHÃES (IAM)



Continuação do Parecer: 4.951.914

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_oficina.pdf	16/08/2021 18:02:17	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_entrevista_pdf.pdf	16/08/2021 18:01:58	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_pdf.pdf	16/08/2021 17:59:51	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_equipe_pdf.pdf	24/05/2021 10:51:36	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Outros	lattes.pdf	20/05/2021 15:09:34	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_relatorio.pdf	20/05/2021 14:56:17	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Declaração de concordância	Anuencia.pdf	20/05/2021 14:54:40	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_glaci.pdf	20/05/2021 14:51:50	Jose Erivaldo Gonçalves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 03 de Setembro de 2021

Assinado por:
Maria Almerice Lopes da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, s/nº
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-420
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2101-2639 **Fax:** (81)2101-2639 **E-mail:** cep.iam@fiocruz.br

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA



Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia / PE

Fundado em 24/01/1971 e Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em
10/05/1971 CNPJ: 10.288.041/0001-89 - CEP: 56.600-000,
Cel: (87) 9253-2197; Tel.: (87) 3841-1108
E-mail: str.sertania@hotmail.com

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia (STR/Sertânia) através de seus representantes manifesta seu apoio ao projeto de pesquisa **“Processos de vulnerabilização camponesa na transposição do rio São Francisco e ações de reparação no Semiárido, Sertânia, PE”**, desenvolvido por José Erivaldo Gonçalves, na coorientação da Profa. Dra. Glaciene Mary da Silva Gonçalves e orientação do Prof. Dr. André Monteiro Costa do Instituto Aggeu Magalhães – IAM/Fiocruz, este projeto tem como objetivo analisar os processos de vulnerabilização e reparação comunitária em comunidades camponesas atingidas diretamente pela transposição do rio São Francisco em Sertânia.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos pesquisadores aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados os pesquisadores deverão apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sertânia, 08 de Abril de 2021.

SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE SERTÂNIA / PE
José Monteiro de Almeida Filho
Treasoureiro

Jose Monteiro de Almeida Filho
Treasoureiro